



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 506- 12 A 26 DE SETEMBRO DE 2015 - R\$ 3,00

Unificar as lutas em defesa do emprego, salário e direitos!
Construir a greve geral para derrubar o ajuste fiscal,
conquistar a estabilidade no emprego a todos e garantir o
reajuste automático dos salários de acordo com a inflação!
Oposição revolucionária a Dilma!
Lutar sob a estratégia do governo operário e camponês!

Fora a Standard & Poor's!
Não à submissão do Brasil às agências do imperialismo!
Cancelamento da dívida pública!
Fim das medidas de ataque à vida dos explorados!
Em defesa da soberania nacional!



Europa: o capitalismo impulsiona a barbárie social.

É necessário que o proletariado conquiste sua independência e avance em sua organização internacionalista

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Somente a classe operária pode defender a soberania do País

Dilma Rousseff se encolheu diante da Standard & Poor's. Sob a justificativa de que o governo enviou ao Congresso Nacional o Orçamento de 2016 com um déficit de R\$ 30,5 bilhões e de que não está garantido um superávit primário necessário ao pagamento dos juros e amortizações da dívida interna, a agência de risco rebaixou a nota do Brasil. Em meio à crise política, foi um duro golpe à governabilidade. Imediatamente, avivou o movimento oposicionista de cassação do mandato da presidente.

A diretora-gerente da Standard & Poor's, Lisa Shineller, dessembaraçadamente, não se conteve em avaliar as condições internas do Brasil, referindo-se ao "aumento dos riscos institucionais" e ao "ritmo lento" das ações do governo. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi instruído a dar uma entrevista coletiva, com o intuito de garantir que a meta do superávit será cumprida e prometer que novas medidas de ajuste fiscal serão tomadas. Dilma Rousseff orientou seus ministros a não contra-atacarem a agência de risco. Espera atravessar mais um momento de tormenta política e apresentar novos passos do plano de ajuste arquitetado por Joaquim Levy.

O fortalecimento do ministro da Fazenda é uma exigência implícita da Standard & Poor's, que não lhe poupou elogios. De forma que o rebaixamento de BBB- para BB+ cumpre dupla função: de um lado, potencia a ala da oposição que trabalha pelo impeachment; de outro, pressiona o governo a ir fundo em medidas que cortam a "própria carne". Nesse sentido, é sintomático que as Federações das Indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro tenham emitido uma nota de teor oposicionista, quando dias atrás haviam divulgado outra defendendo a estabilidade institucional.

Acosado pelo movimento pró-impeachment e pela hostil Câmara Federal, o governo chegou ao desatino de enviar uma proposta de Orçamento com um rombo de R\$ 35,5 bilhões. Em um piscar de olhos, Dilma ouviu do presidente do Senado e da Câmara que não cabia ao Congresso Nacional encontrar fórmulas e medidas para a solução do desajuste fiscal. A oposição, em especial Aécio Neves, e toda a imprensa aproveitaram a estupidez de Dilma Rousseff para ampliar a cantilena de incapacidade e ingovernabilidade.

A crítica de Lula considerando que o rebaixamento da nota do Brasil "não significa nada" caiu no pântano. Não houve quem da oposição que não tenha lembrado que o ex-presidente, em 2008, se vangloriou de o Brasil ter alcançado o grau de investimento pela Standard & Poor's. O fundamental está em que o PT e seu governo não podem dizer a verdade para a população. Os responsáveis pela avaliação das contas nacionais são agentes do capital financeiro e do imperialismo. Estão a serviço dos especuladores, dos "fundos abutres" e dos saqueadores dos países semicoloniais.

A dívida pública do Brasil já foi paga pelo caudaloso volume dos juros e amortizações. No entanto, continuou a crescer e está se aproximando de 70% de tudo que é produzido em um ano (PIB). As taxas de juros estão entre as mais altas do mundo. No governo de Lula, chegou-se a um superávit de 3,5% do PIB e as reservas cambiais incharam, emprestadas ao Tesouro norte-

americano que paga uma das taxas mais baixas do mundo. Até mesmo as reservas têm servido para aumentar a dívida pública. Lembramos que a crise não começou no Brasil, mas nos Estados Unidos e deste para a Europa e Japão.

As chamadas medidas "anticíclicas" lançadas no governo Lula e continuadas no primeiro mandato de Dilma subsidiaram o grande capital, principalmente os bancos, multinacionais e grandes grupos nacionais. Os programas assistenciais são irrisórios diante das cifras despendidas pela União com os capitalistas. Se há uma crise fiscal, se deve ao apoio do governo aos capitalistas. Todos aplaudiram Lula em 2008/2009 por autorizar seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, a conceber uma política anticíclica, que, na verdade, foi instruída pelo imperialismo, na forma de cooperação do G-20. Dizem, agora, que o erro de Dilma foi a de tê-la mantido, quando havia chegado a hora de fazer o ajuste fiscal. Essas explicações são absolutamente falsas. Ocultam que as potências têm se apoiado nos países semicoloniais para tocar a crise mundial para frente e para proteger grupos capitalistas internacionais em particular.

O gigantesco endividamento do Brasil é estrutural. O crescimento ou retrocesso da economia depende de seu manejo, portanto, do manejo do capital financeiro e das potências. É um grande peso para o Orçamento Nacional e uma barreira ao desenvolvimento independente do País. O endividamento estrutural se enlaça com os demais fatores da dominação imperialista, como penetração das multinacionais, controle externo dos ramos fundamentais da produção, especulação na Bolsa de Valores, etc.

O espetáculo que acabamos de assistir do Brasil sendo rebaixado por uma agência do imperialismo é o espetáculo de um País submisso, de um governo encolhido, de uma oposição reacionária e de uma burguesia nacional servil.

Não há dúvida de que em grande medida a política econômica de qualquer governo e em qualquer situação é influenciada ou ditada pelo imperialismo. O resultado está em que mantém o atraso econômico, a miséria e a fome das massas. O programa proletário, ao contrário de qualquer variante de política burguesa, tem em sua essência a conquista da soberania nacional dos países semicoloniais. Implica expropriar o grande capital, nacionalizar e impor o controle operário da produção. O cancelamento da dívida pública é uma medida de independência nacional. Somente é possível, como parte do programa revolucionário de transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista. Temos de organizar o partido da revolução proletária. Sem dúvida, essa é a condição histórica para a classe operária se emancipar do controle da burguesia e encarnar o programa de transformação. O POR se constrói sob essa orientação, baseia-se nas experiências dos explorados e nos fundamentos marxistas que revelam o amadurecimento do capitalismo mundial para sua transição ao socialismo.

Fora a Standard & Poor's! Não à submissão do Brasil às agências do imperialismo! Cancelamento da dívida pública! Fim das medidas de ataque à vida dos explorados! Em defesa da soberania nacional!

Um passo a mais a favor do impeachment

O Brasil passou de BBB- a BB+. A agência Standard & Poor's indica com sua nota que aumentaram os riscos de investimentos e aplicações no País. A decisão veio em um momento em que Dilma Rousseff dava um pequeno suspiro político. Importantes empresários acabavam de assinalar um aval ao governo, pedindo desprendimento e união das forças que se digladiam no interior do Estado.

O impeachment tem seus riscos nas condições econômicas e sociais que sobressaltam o País. Nada foi provado diretamente contra a presidente. Mas há dois processos prestes a ter o desfecho: um parecer do TCU se houve crime de responsabilidade fiscal ("pedaladas"); e um do TSE sobre o financiamento de campanha da candidata do PT. O desenlace dessas duas investidas da oposição (PSDB, DEM, etc.), calçadas nas investigações da "Operação Lava Jato", tem sido adiada.

A dilatação do tempo tem servido tanto ao governo quanto à oposição. O primeiro precisava e precisa de espaço para vencer os obstáculos levantados contra a implantação do ajuste fiscal e assim demonstrar que é capaz de administrar o curso da crise econômica. O segundo, para *inviabilizar a governabilidade* e expor ao empresariado e à classe média a inépcia de Dilma.

Como a destituição da presidente pelo Congresso Nacional é uma solução política, é preciso criar as condições. E estas se encontram na economia. Se Dilma se saísse bem com seu ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e se a luta de classes permanecesse sob o controle, nenhuma das instituições do Estado (judiciária, legislativa e policial) teria um papel decisivo em produzir provas condizentes com a constitucionalidade do impeachment.

A luta de classes, por enquanto, está sendo bem administrada pela burocracia sindical. Mas o programa econômico caminha aos "trancos e barrancos". As medidas de ataque aos assalariados passaram pelo Congresso e estão sendo postas em prática (MP 664 e 665). Há ainda a ser resolvida no Senado a Lei da Terceirização. A MP do PPE já está vigente, falta aprovação final dos parlamentares. Mas é do interesse das multinacionais. A questão do Fator Previdenciário e da extensão do aumento do salário mínimo atrapalha o governo, mas podem muito bem ser vetados por Dilma. Tratou-se de uma grosseira manobra da oposição.

O governo petista se convenceu de que sua sobrevivência diante da burguesia começava por sacrificar a vida dos explorados. As medidas antioperárias e antipopulares, porém, deviam avançar. As MPs serviram tão somente de aceno do governo de que começava justamente atacando os assalariados. A economia com o seguro-desemprego, pensão por morte, etc. corresponde a uma gota d'água no oceano. Com a recessão, a gigantesca dívida pública se projetou para o primeiro plano. Está aí por que o ministro Levy destacou em sua posse a missão de garantir superávit primário capaz manter o pagamento

dos juros e amortizações em dia. Essa era e é a condição de sobrevivência do segundo mandato de Dilma, que começou moribundo.

O rebaixamento do grau de investimento pela Standard & Poor's tem por motivo o Orçamento para 2016 com um déficit de R\$ 30,5 bilhões, enviado ao Congresso. Foi dado um ultimato a Dilma, ou se empenha por arranjar recursos para pagar os credores dos títulos da dívida pública, ou será cortado o fluxo de dólares externo para o País.

Há uma exigência ao governo petista que vai da oposição a governistas ligados ao PMDB: Dilma deve "cortar na própria carne"! A expressão quer dizer acabar com os subsídios aos programas assistenciais (Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, etc.), demitir funcionários públicos e conter gastos com saúde, educação. O mais importante é a Previdência. A burguesia exerce grande pressão para aumentar o tempo para o trabalhador se aposentar. Somente será admitido um aumento de impostos, caso o governo tenha "cortado na própria carne". Essa é a bandeira que tremula no Congresso Nacional.

A fração do PSDB liderada por Aécio Neves, o DEM e uma ala do PMDB consideram que as condições para o impeachment estão próximas de serem reunidas. Fundiram-se a incapacidade de governar diante da crise que avança, de um lado, e a baixíssima aprovação popular à gestão da presidente. Tudo indica que Dilma terá de entregar as rédeas ao ministro Joaquim Levy em um grande esforço para convencer os setores da burguesia, que ainda não aderiram ao impeachment e que se mostram suscetíveis a mudança de posição, de que é capaz de escalar o precipício.

A posição petista e da burocracia sindical de que o destino de Dilma e da democracia está nas mãos dos explorados é uma farsa. A desmoralização do governo, o re-erguimento do PSDB e a projeção do PMDB se devem à política burguesa do PT. Não tem a ver com a classe operária e as massas camponesas pobres e de sem-terra.

A maioria explorada deve se emancipar de todas as variantes da política burguesa e marchar sob a estratégia da revolução proletária. As respostas dos explorados à crise econômica e política são completamente distintas e para ganhar vida exigem a inconfundível independência política e organizativa. A preservação de antigas conquistas, a defesa das condições elementares de existência e a independência nacional diante da opressão imperialista estão na ordem do dia. A tarefa do momento consiste em organizar o combate contra as demissões, o rebaixamento salarial e a destruição das conquistas trabalhistas. Unificar as lutas regionais e caminhar em direção ao movimento nacional dos explorados sob a direção do proletariado. Organizar a aliança operária e camponesa! Por em pé uma frente única antiimperialista! Essa é a resposta à disputa interburguesa e ao impeachment.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Crise e conspiração

Michel Temer emitiu uma nota, 6 de setembro, para justificar seu pronunciamento de que “com tão baixa popularidade” dificilmente Dilma resistiria aos três anos de mandato que tem pela frente. O fato de ter soltado essa avaliação em um evento montado pela empresária Rosângela Lyra, que promove a articulação burguesa “Política Viva”, a serviço do PSDB, foi considerado um sinal de que o fiel vice-presidente e ex-articulador político do governo estava debandando para a ala da oposição que quer impeachment. A imprensa potencializou o pronunciamento de Temer, o que foi tomado por setores do PT como um ato conspirativo. Havia o precedente de Temer ter dito que era preciso alguém que fosse capaz de unir o País para superar a crise. Também nesse caso, Temer teve de explicar que não é um conspirador.

A emissão em público de avaliações contrárias ao governo, em si, não pode ser tomada como atitude conspirativa. É claro que a participação em um ato político organizado por Rosângela Lyra, embora disfarçasse como sendo suprapartidário, transpareceu que Temer serviu de sua autoridade para fortalecer o movimento dos adversários. Nesse sentido, os governistas têm razão em ficar surpresos. Há uma fração da oposição, que inclui os rebeldes do PMDB, que almeja uma solução que entregue a presidência da República a Temer.

O vice-presidente se ergueu como homem forte em meio à crise e se tornou um denominador comum à oposição e aos renegados da aliança governista. As frações do PSDB e a oposição como um todo reconhecem que sem o PMDB é impraticável o impeachment. A ruptura do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, com Dilma Rousseff não teve a transcendência esperada pela oposição. Em seguida, de investigado pela “Lava Jato”, o delinquente passou a ser indiciado. Não se sabe ainda o destino do presidente do Senado, Renan Calheiros. Mas Dilma necessita de sua escora, tanto quanto da de Temer.

Eduardo Cunha acusou Dilma de estar por trás de sua imputação. No Senado, Rodrigo Janot teve de desfazer a acusação de que teria selado um acordo com a presidente. Sua reeleição para se manter na presidência da Procuradoria-Geral da República (PGR) foi marcada por denúncias de conspiração contra os desafetos, entre eles o ex-presidente e senador Fernando Collor de Melo. A denúncia de que havia um “acordão” para livrar alguns políticos envolvidos no processo da Petrobrás e inviabilizar no Congresso o impeachment chegou a tomar a forma, na imprensa, de conspirativismo.

Nota-se que o clima de conspiração política é geral. Oposicionistas e governistas trabalham nos bastidores do Estado e nos interstícios das forças sociais e políticas em torno da viabilização e da inviabilização, da preservação e da derrubada do governo. Não por acaso, em resposta ao fato de Dilma ter procurado apoio explícito de certos setores do grande capital – a última reunião foi com o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco -, a imprensa oposicionista tem procurado dar voz a empresários que comungam com as posições de Aécio Neves. A reunião da empresária Rosângela Lyra foi montada como uma tribuna para o oposicionismo sob o rótulo do pluripartidarismo, do qual o PT foi excluído.

Sem dúvida, não há raio no céu azul. Os acontecimentos públicos refletem as ações conspirativas no Estado, nas câma-

ras empresariais, nas redações, nas associações corporativas (OAB, etc.). Nesse sentido, há um episódio que testemunha os alinhamentos das forças conspirativas no interior dos poderes do Estado. Trata-se do áspero atrito entre o vice-presidente do TSE, Gilmar Mendes, e o presidente da PGR, Rodrigo Janot. O pedido de Mendes para que a PGR abrisse uma investigação sobre as fontes de financiamento da campanha de Dilma Rousseff, que, segundo ele, haveria indícios de crime, foi uma provocação e uma denúncia contra Janot. A forma como Mendes fez o pedido público corresponde à suspeita de que o chefe da procuradoria estaria em posição de conivência com o governo, ocultando uns e expondo outros implicados pela “Lava Jato”. A resposta de Janot, negando ao pedido, foi uma contraofensiva às posições de Mendes, alinhado ao PSDB.

Os anti-governo e anti-PT entrincheirados nas instituições estatais necessitam de uma prova que envolva diretamente a presidente. Sem um fato concreto, é muito difícil ao Congresso Nacional acionar um pedido de impeachment. De repente, o sr. Hélio Bicudo, que rompeu com o PT desde o “mensalão”, saiu do anonimato protocolando um pedido de impeachment, baseado na apuração do TCU sobre a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. A oposição saudou como mais um tijolo a ser assentado na construção do processo de cassação do mandato de Dilma. Gostaria que em seu protocolo também constasse o “crime eleitoral”, ao qual aludiu o ministro do TSE.

Hélio Bicudo serviria como uma reserva moral para a oposição burguesa, uma vez que foi um importante político do PT. Insuspeito de interesse político, pode reforçar a intervenção do PSDB e aliados para arregimentar a classe média. O aparecimento de Bicudo e a publicidade dada pela imprensa também indicam a movimentação conspirativa nos subterrâneos da política burguesa.

É nesse quadro que Janot envia ao STF um pedido de abertura de investigação contra Aloizio Mercadante (Casa Civil), Edinho Silva (Comunicação Social) e o senador do PSDB Aloysio Ferreira Nunes. Pelo visto, parece ser mais um lance do jogo que se passa no seio das instituições. Janot já havia pedido o arquivamento do ex-governador de Minas Gerais e senador do PSDB Antônio Anastasia. Ninguém está disposto a levantar a ficha suja do maior partido da oposição. Mas a indicação de alguns nomes de primeira linha da oposição é um sinal para dizer “olha, vocês devem ser comedidos no objetivo de interromper o mandato da presidente”.

A declaração de Michel Temer e o pedido de investigação sobre os dois ministros de Dilma elevaram a temperatura da crise. O burburinho conspirativo em torno de que os dias de Dilma estão contados indicou o agravamento da crise política. A nota de Temer foi a condição para que não se desse por consumado o rompimento da coligação Dilma/PMDB. De qualquer forma, a conduta do vice-presidente deixou o governo e os petistas inseguros. Temer não pretendia com sua declaração precipitar o abandono da coligação e, assim, deixar Dilma sem nenhuma proteção diante da matilha oposicionista. Mas seus passos têm sido dados nessa direção.

Já mostramos no Jornal Massas que a crise política ora se agudiza, ora se arrefece. A oposição age em torno de duas possibilidades: 1) manter sem trégua o governo cambaleante até

2018; 2) criar as condições para o impeachment. Para a fração golpista mais afoita, liderada por Aécio Neves e Carlos Sam-
paio, Dilma já não tem mais condições de governar, não ape-
nas devido ao escândalo de corrupção como à incapacidade
administrativa. Para a fração legalista, liderada por Fernando
Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin, o melhor seria deixar
Dilma cumprir o mandato esfacelado, evitando uma divisão
institucional que acabaria atingindo os objetivos futuros de
poder do PSDB. No PMDB, ocorre algo parecido. Temer faz
parte da fração que aspira tornar o PMDB uma força eleitoral
competitiva diante do PSDB. A bandeira de união nacional foi
levantada como uma fórmula de transição para o caso de total
desmoronamento do governo de Dilma Rousseff.

Há uma unidade da oposição em torno de uma estraté-
gia: inviabilizar a governabilidade. Essa unidade não recebe a
bênção de toda a burguesia. É do conhecimento de todos que
Dilma assumiu o programa econômico liberal do PSDB. De
maneira que a sabotagem da oposição no Congresso Nacional
ao “ajuste fiscal” é reprovada por importantes representantes
do capital, principalmente do capital financeiro. É certo, por
outro lado, que setores industriais demonstraram sobejamente
seu desacordo com a elevação da taxa Selic e da intenção do
governo de elevar impostos. A virada na política econômica
expõe mais claramente as contradições internas à burguesia.

Não se trata de constituir uma frente de apoio ao governo burguês de Dilma Rousseff Trata-se de constituir uma frente única de defesa das reivindicações dos explorados

No dia 5 de setembro, em Belo Horizonte, realizou-se a
“Conferência Nacional Popular em Defesa da Democracia e
por uma Nova Política Econômica”. Foi convocada pela “Fren-
te Brasil Popular”, formada pelo PT e PCdoB. Está aí por que
a sua convocatória é encabeçada pela CUT, CTB, FUP, UNE,
Consulta Popular, CMP, MST e Via Campesina.

O chamado para a Conferência dá a ideia de que se trata de
um movimento amplo sob a denominação de Frente Popular.
No entanto, seu objetivo fundamental é o de defender o gover-
no de Dilma Rousseff. A convocatória constou de seis pontos.
Em nenhum deles se diz explicitamente que se trata de uma
frente de apoio ao governo. O seu conteúdo geral não deixa
dúvida de que se trata de uma reação petista e pecedobista
diante da crise política e da disputa interburguesa no seio do
Estado.

A ideia de formar uma frente para se contrapor “à ofen-
siva conservadora” condiciona os seis pontos da “Plataforma
Mínima”, que são: 1) defesa dos direitos dos trabalhadores; 2)
defesa dos direitos sociais do povo brasileiro; 3) defesa da so-
berania nacional; 4) defesa da democracia; 5) luta por reformas
estruturais e populares; 6) defesa do processo de integração
latino-americano. Segundo o regulamento, não houve votação
de divergências. Tudo ocorreu de acordo com as condições
pré-estabelecidas pelos organizadores. A plenária final apro-
vou uma manifestação no dia 3 de outubro.

Um novo governo surgido de um impeachment e em meio a
uma crise institucional poderia também sucumbir caso se am-
pliem as contradições interburguesas e se veja diante de um
movimento dos explorados. A derrubada do governo impli-
ca constituir a unidade burguesa, sob o comando das frações
mais poderosas, que inclui o imperialismo. Enquanto essas
condições não se deem, as divisões no campo da oposição e
no do próprio governismo dificultam imensamente um passo
concreto na remoção do governo.

Tem sido fundamental para Dilma Rousseff a política da
burocracia cutista e forcista de contenção do movimento ope-
rário. As manobras do sindicato metalúrgico diante das de-
missões em massa pelas montadoras e autopeças quebraram
a possibilidade de pôr em pé a luta unitária e a defesa de um
programa proletário diante da crise e dos ataques do governo.
Quanto mais a burocracia demonstrar apoio ao governo, mais
seguro ficam os setores burgueses que não aderiram às posi-
ções do PSDB e aliados. O acordo governo-multinacionais-bu-
rocracia em torno do PPE fez e faz parte das ações em favor da
governabilidade antinacional e antipopular de Dilma Rousseff.
A classe média alta está pelo fim do governo considerado cor-
rupto e incompetente. Neste processo de disputa aberta e cons-
pirativa em torno do poder do Estado, a classe operária tem a
tarefa de levantar uma política e reivindicações próprias.

Não faltaram discursos em que se criticaram o ajuste fiscal
e as medidas que eliminam direitos trabalhistas e previdenci-
ários. João Pedro Stédile, MST, exortou os presentes a lutarem
por um “novo projeto de País” e construir um calendário de
luta de massas constante. Vários outros oradores advogaram
uma política econômica distinta da que está sendo aplicada
pelo governo.

O palavreado reformista, nacionalista e estalinista mal es-
conde a desorientação da burocracia que controla as organiza-
ções acima descritas diante do governo que ajudaram a eleger
e que assumiu uma indisfarçável posição antinacional, antio-
perária e antipopular. Mergulharam a fundo na constituição do
que imaginaram ser um governo democrático e popular. Con-
venceram suas bases de que o PT seria um canal de grandes
transformações nacionais e sociais. E que Lula representava a
participação popular no Estado, necessária para quebrar o po-
der da oligarquia e do imperialismo. Por essa via, auxiliaram
decisivamente na burocratização autoritária dos sindicatos e
em sua estatização. Desconheceram, assim, a experiência de
integração do PT no Estado burguês e a degeneração de seus
governos eleitos. Ocultam os inestimáveis serviços prestados
por Lula e Dilma ao capital financeiro e multinacional. Fecham
os olhos para o conteúdo burguês dos governos petistas e sua
função de assegurar o domínio da burguesia sobre o proleta-
riado e as massas populares. Ou seja, preservar e fortalecer a

ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria explorada.

É típico do reformismo e do estalinismo desprezar os fundamentos de classe do Estado, dos governos e da política. A máscara dos conceitos de “governos democráticos e populares e de poder popular” serve bem à política burguesa do nacional-reformismo, que diverge do programa da revolução proletária. Stédile imagina estar defendendo um poder popular encarnado pelo governo petista, quando se trata de um poder burguês, opressor e esfomeador da população. O “programa” de construir um “poder popular”, elegendo governos de tintura nacionalista e reformista, é incompatível com o programa do proletariado de tomada do poder e transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade social.

Stédile sabe perfeitamente que tanto o governo de Lula quanto o de Dilma não deram um só passo na reforma agrária. Nem mesmo a política de assentamento foi mantida por Dilma, que nesse segundo mandato trouxe para o governo Kátia Abreu, representante dos latifundiários. Mas o líder do MST, ao lado da burocracia cutista, inventa a existência de um “poder popular” ameaçado pela reação conservadora.

A Frente Popular serviu de base para os reformistas se armarem em campanhas eleitorais, arrastando os explorados por trás das disputas interburguesas. O seu êxito em eleger Lula jamais foi reconhecido como parte de um movimento burguês. E não poderia, uma vez que se baseiam em um suposto pro-

grama de constituição de um poder popular, que inclui setores da burguesia considerados progressistas. A mais flagrante contradição está no fato de tanto Lula quanto Dilma assentarem seus governos na grande propriedade privada e no capital financeiro.

É visível que a defesa de uma “nova política econômica” e um plano de “reformas estruturais” diante da radical virada de Dilma contra os direitos trabalhistas e previdenciários e em favor do capital financeiro é uma fraude verbal. A experiência já comprovou que os governos do PT são incapazes de contrariar os interesses estruturais da burguesia. Também demonstraram sua orientação antioperária e antipopular, quando Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública e manteve todo o aparato repressivo às greves. Não é necessário desfiar os exemplos.

A “Conferência Nacional Popular” não será levada a sério pelo proletariado, pelas massas camponesas oprimidas e pela juventude. Não há como e nem motivo real que exija dos explorados a defesa do governo burguês moribundo e disposto a ir mais a fundo no ataque à vida das massas.

A posição do POR é contrária à dos reformistas e estalinistas. Levanta a bandeira de “Oposição Revolucionária ao Governo Burguês de Dilma Rousseff, Antinacional e Antipopular”, sob a estratégia da ditadura do proletariado (constituir um governo operário e camponês), da defesa de uma plataforma de reivindicações e da tática frentista que impulse a ação direta dos explorados.

Disposição de luta existe. O que não existe é uma direção classista e revolucionária nos sindicatos

Ford



A assembleia dos metalúrgicos da Ford aprovou a greve, depois do anúncio de 200 demissões. Uma parte deles já se encontrava em lay-off e banco de horas. A multinacional comunicou que serão desligados dia 21 de setembro. E avisou que mesmo assim há um excedente. Por isso, terá de demitir em janeiro de 2016.

A burocracia do sindicato agiu como sempre: à espera de uma negociação com a empresa. Não teve outra saída a não ser defender uma greve passiva. Mandou os operários para casa. Aguarda que a Ford aceite a via do PPE. Criticou em palavras

a montadora, dizendo que “não podemos aceitar essa medida unilateral da empresa”. O nosso “empenho é voltar a negociar como temos feito nos últimos 15 anos”. Denunciou também em palavras que havia um acordo que garantia a estabilidade de emprego até 2017.

Ou os metalúrgicos da Ford tomam em suas mãos a greve, defendam a unificação dos operários pela garantia do emprego e rejeitem o PPE, ou a burocracia e a montadora farão a mesma manobra que fizeram na Mercedes. Ou seja, reduzirão salários e abrirão o caminho para os PDVs.

Mercedes-Benz

Depois de uma semana de greve, a burocracia do sindicato a encerrou no dia 31 de agosto, após negociar o PPE e suspender temporariamente as 1500 demissões. Diz que as crises são “momentâneas e que temos que achar alternativas para esses momentos”. Diz que o acordo “traz tranquilidade para os trabalhadores, mas não pode ser motivo de comemoração”. E que existe “um desafio para os trabalhadores, que é participar do processo de modernização da fábrica”.

Como se vê, a greve foi usada como instrumento para a imposição do PPE. Está aí por que as greves são corporativas e não há luta coletiva contra as demissões. Não cabe aos operários participar da “modernização da fábrica”. O que cabe é a

organização para enfrentar as demissões que correm soltas em quase todas as fábricas.

PPE golpeia a classe operária

O presidente do sindicato metalúrgico do ABC, Rafael Marques, se mostra exitoso como as assinaturas de acordos de PPE. Diz: “São cerca de 11 mil trabalhadores na base que já aprovaram o acordo do PPE. Em todas as assembleias, a adesão foi por unanimidade, o que mostra que o programa veio no momento certo”. Completou: “O PPE foi essencial ao evitar a demissão de 1.500 trabalhadores na Mercedes”. “Na base, 4 empresas aceitaram o PPE: Mercedes, Rassini e Trefilação União, em São Bernardo; e Pricol, antiga Melling, em Diadema. Alguns dias depois, o sindicato comunicou que o PPE também chegou nas Prensas Schuler.

Em cada fábrica, há um acordo de PPE. No caso da Schuler, a redução do salário será de 8% e terá validade por cinco meses. Na Mercedes, o PPE reduz 20% da jornada por 9 meses e diminuição de 10% dos salários de todos os trabalhadores (10 mil). Ainda mais, o reajuste salarial para 2016 será apenas de 50% do INPC. Na Rassini, haverá a redução de 15% na jornada e no salário, por quatro meses. Na Trefilação União, duração de seis meses com redução de 20% da jornada de trabalho e de 20% do salário. Na Pricol, a redução é de 9,83% na jornada de trabalho, com diminuição proporcional dos salários e uma validade de seis meses.

Ao contrário do afirma Rafael Marques, o PPE serve apenas aos empresários, que o utiliza para reduzir os salários. É uma válvula de escape da burocracia sindical que utiliza esse meio para evitar que os metalúrgicos levantem suas próprias reivindicações e organizem um movimento geral contra as demissões.

Burocracia corre atrás dos parlamentares para a aprovação do PPE

A Medida Provisória 680, assinada por Dilma Rousseff em 6 de julho, que institui o Programa de Proteção ao Emprego, será votada na Câmara de Deputados no início de outubro. Trata-se de um mecanismo capitalista de redução da jornada com redução salarial e uma estabilidade de alguns meses para os operários que estão com a corda no pescoço. Quem perde é a classe operária, que tem os salários reduzidos e não tem a estabilidade plena do emprego.

O que quer da burocracia? Quer que os deputados e senadores aprovem a MP 680 sem nenhuma alteração. Por isso, faz lobbies junto aos parlamentares. Como diz Rafael Marques: “Estou cumprindo a nossa peregrinação pelo PPE para defender que ele seja aprovado da forma como foi concebido”. Afirma que o “O PPE é uma medida muito importante para diminuir os impactos da crise econômica”.

Os burocratas querem mostrar que o PPE é uma reivindicação da classe operária. Falsamente o seu conteúdo pró-capitalista, com a mentira de que assegura os empregos. Esse mecanismo que rebaixa os salários e saqueia o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é

uma criação das multinacionais. Não por acaso, o sindicato metalúrgico do ABC copiou do modelo de colaboração de classes do sindicalismo alemão. É necessário alertar os trabalhadores e elevar sua consciência de classe, defendendo o programa de reivindicações, o método da ação direta e o princípio da unidade na luta.

Não há campanha salarial metalúrgica

Os burocratas do sindicato metalúrgico do ABC dizem que a campanha salarial está difícil e que é preciso “destravar a pauta de reivindicações, que vem sendo discutida desde 23 de julho com os patrões”. A data-base é 1º de setembro e envolve 200 mil metalúrgicos. Lamentam o descaso do patronato e afirmam que é preciso “pôr fogo nas negociações”. Para isso, como sempre monta a farda do ato em frente à FIESP (15/9).

Na realidade, não há campanha salarial. Não há mobilização para enfrentar a dureza dos patrões. Não há a preparação da greve unitária para impor as reivindicações. Não há uma luta coletiva contra as demissões e pela reposição salarial. O que há são negociações entre a direção do sindicato com as empresas, que se aproveitam da situação para não conceder nada. O que há são negociações em torno da implantação do PPE.

Acontece que há muito que a burocracia mutilou a campanha salarial dos metalúrgicos. O que faz agora é renunciar a qualquer campanha. Está na posição de aceitar a redução salarial. Contra a capitulação dos burocratas, coloca-se a campanha pela convocação da assembleia geral, para aprovar um programa de reivindicações diante da crise e rejeição às medidas de flexibilização capitalista do trabalho.

Combater pela independência política e organizativa dos sindicatos

A crise econômica, a destruição de postos de trabalho e o ataque às condições de vida dos explorados põem à luz do dia a necessidade de construir novas direções nos sindicatos. A experiência com a colaboração de classes e com a flexibilização capitalista do trabalho tem sido trágica para os assalariados. Estabeleceu-se um patamar de dependência política da classe operária diante da classe capitalista que lhe impede de reagir aos ataques dos exploradores e seus governos. A burocracia sindical eliminou a democracia operária e enterrou em uma vala profunda as reivindicações próprias do proletariado. Substituiu-as pelas medidas concebidas pelos economistas e administradores das multinacionais. A flexibilização capitalista do trabalho se confirma como uma brutal camisa de força para os trabalhadores. A burocracia a utiliza fartamente em nome da preservação dos empregos. Assim, mantém a classe operária pulverizada e desarmada diante da ditadura de classe da burguesia.

Está aí por que a vanguarda tem o dever de combater essa direção traidora a ferro e fogo. O programa da democracia operária e da independência de classe tem de ser trabalhado sistematicamente, vinculado às necessidades e às reivindicações mais sentidas pela maioria.



Todos à Marcha do dia 18/09! Unificar as lutas em defesa do emprego, salário e direitos! Construir a greve geral para derrubar o ajuste fiscal, conquistar a estabilidade no emprego a todos e garantir o reajuste automático dos salários de acordo com a inflação! Desenvolver a oposição revolucionária a Dilma! Lutar sob a estratégia do governo operário e camponês!

O Espaço Unidade de Ação, sob iniciativa da CSP-Conlutas, está convocando uma marcha nacional para o dia 18/09, na Avenida Paulista, em São Paulo. A manifestação tem três eixos: contra o governo Dilma e a oposição burguesa, contra o ajuste fiscal e por uma alternativa dos trabalhadores. Cerca de 40 organizações políticas e sindicais se colocaram pela convocação do ato. A CGTB também se integrou à organização.

O POR participou desde a primeira plenária de organização da marcha defendendo a necessidade de responder à ofensiva capitalista que busca despejar os efeitos da crise econômica sobre os explorados e a juventude. Essa ofensiva se concentra em três eixos: 1) um ajuste fiscal, que tem por objetivo arrancar dinheiro da saúde, educação, das viúvas, dos aposentados e desempregados para entregar bilhões aos banqueiros parasitas da dívida pública; 2) a flexibilização capitalista do trabalho, que abarca os PDVs, layoffs, PPE, tudo com o fim de alcançar a demissão de parte dos trabalhadores; 3) o arrocho salarial, que se faz com a alta inflacionária e contenção dos reajustes salariais.

As lutas que têm ocorrido contra essas medidas mostram que, isoladas, não são capazes de derrotar os capitalistas e os governos. Os exemplos são muitos. Destacamos as greves de professores do Estado de São Paulo e das universidades federais, que se chocaram contra o ajuste fiscal e arcaram com a intransigência governamental. As greves de fábricas que ocorrem após demissões não conseguiram garantir o emprego e salário de todos. As greves por reajuste salarial não têm conseguido a reposição integral da inflação. E todos esses movimentos têm enfrentado a repressão que vem da polícia ou do judiciário, com os ataques e multas aos sindicatos e dirigentes sindicais.

A experiência mostra que é preciso construir uma ampla unidade na luta. Está colocada a necessidade de uma frente única sindical para por abaixo o ajuste fiscal, barrar as demissões e conquistar o reajuste automático dos salários de acordo com a inflação.

O maior obstáculo a isso é o fato das maiores centrais sindicais estarem submetidas ou ao governo ou à oposição bur-

guesa. É preciso uma campanha que coloque o chamado a que as centrais rompam com o governo e com os capitalistas e se coloquem pela construção de uma greve geral pelo emprego, salário e direitos atacados.

O desenvolvimento da luta unitária pelas reivindicações mais sentidas, a partir da convocação das assembleias de base e da organização independente dos trabalhadores para enfrentar o governo burguês de Dilma e suas medidas concretiza a oposição revolucionária a ele. E dá um passo no sentido da estratégia da revolução proletária, do governo operário e camponês assentado na maioria nacional oprimida.

Nesse sentido, o POR se opõe às afirmações de que a respos-

ta para a atual situação seja a construção de uma alternativa dos trabalhadores nos marcos de uma saída eleitoral para a disputa entre os dois lados da burguesia, governo Dilma e oposição burguesa. E é isso o que está por trás da política de “terceiro campo”. Busca-se a organização de uma frente para constituir uma alternativa eleitoral à disputa entre PT e PSDB, com apoio dos sindicatos e organizações de esquerda. O POR se colocou desde sempre mostrando que qualquer saída eleitoral não levará os explorados a responder à altura a ofensiva capitalista, será um beco sem saída para luta pelas reivindicações.

Fala-se em independência de classe. Mas a independência de classe se concretiza na luta de classes, quando os explorados se unem e lutam, com seus métodos próprios de luta, com sua orga-

nização independente, por suas reivindicações próprias, contra a burguesia e seus governos.

A Marcha Nacional pretende se construir expressando a unidade de lutas que estão acontecendo: a greve das universidades federais, a greve na GM de São José dos Campos, a iminência de greve nos Correios. Se empunhasse as reivindicações defendidas por essas greves, estaria dando um passo no sentido da unificação das lutas. Mas o combate às demissões e ao arrocho salarial sequer aparecem nos cartazes de convocação. Quando se colocam como eixos a luta contra Dilma, o ajuste fiscal e a construção de uma alternativa dos trabalhado-



Cartaz de convocação da Marcha Nacional de 18/09

res, constrói-se um movimento voltado a erguer um governo que não levará à frente o ajuste fiscal. Está aí por que o POR não assinou o cartaz convocando a manifestação: ela se dará sob a estratégia da “alternativa dos trabalhadores”, uma saída eleitoral.

Quanto ao panfleto de convocação, foi escrito de forma a permitir a mais ampla unidade a partir de generalidades.

Primeiro, coloca-se sob a estratégia da “alternativa dos trabalhadores”. Fala na necessidade da greve geral, mas não aponta como efetivá-la. Defende a estabilidade no emprego, mas não aponta a necessidade de garantir o emprego a todos. Critica a farra das privatizações, mas não se opõe a elas em geral, nem defende a estatização sob controle operário. Critica

a corrupção mas deixa nas mãos do Estado burguês a sua punição, não defende os tribunais populares, nem liga a corrupção ao capitalismo. Critica os ataques aos direitos dos partidos promovido pela reforma política, mas não se coloca quanto à lei antigreve e às demissões políticas, aos processos e condenações de sindicatos e ativistas. Fala da violência, mas não se refere à PM assassina, que deve ser liquidada.

Diante disso tudo, o POR convoca a participação na manifestação com seus materiais próprios (cartazes, panfletos etc.), sob a estratégia proletária do governo operário e camponês, desenvolvendo a linha de oposição revolucionária a Dilma e defendendo a necessidade da mais ampla unidade para derrotar o ajuste fiscal, as demissões e o arrocho.

Balanço do 14º CECUT-SP

Aconteceu entre os dias 25 e 28 de agosto, na cidade de Águas de Lindoia – SP, o 14º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CECUT). O contexto era de acirramento da crise econômica mundial, particularmente pela queda das bolsas mundo, em razão das notícias negativas vindas da China. No Brasil, a atmosfera estava contaminada pela continuidade da crise política, contando com a realização dos atos públicos dos dias 16 e 20/8, contra e pró-governo federal, respectivamente. As greves operárias em São Paulo, com destaque para a paralisação na Mercedes-Benz, também compunham a situação de crise.

Desde a plenária de aprovação do regimento, já se pôde verificar o quanto o debate político ao redor das divergências tornou-se um elemento estranho à central. Apesar da proposta de alteração apresentada pelo POR, confirmou-se a cláusula que impunha um corte de 20% para a apresentação de cada emenda ao texto-referência. A própria ausência de teses, que permitiriam aos agrupamentos apresentarem seus programas, já demonstrava uma tendência ao monolitismo. O filtro de 20% só reforçou essa característica, visto que implicou a necessidade de reunir 174 assinaturas para se ter acesso ao microfone e defender, por 3 minutos, uma proposta.

A proposta do POR foi rejeitada pela maioria, revelando o atraso político do plenário, composto por mais de 90% de delegados ligados à corrente Articulação Sindical (PT). Os trabalhadores de base presentes permaneceram sob cerrada vigilância das lideranças setoriais, responsáveis pelas delegações. Ficou comprovado mais uma vez que a fragmentação em várias centrais, com o afastamento de setores oposicionistas, como o PSTU e PSOL, deixou as mãos da burocracia sindical mais livres, exercendo sua ascendência mais facilmente sobre a maioria dos trabalhadores do país.

A lacuna deixada pela ausência de enfrentamento programático foi preenchida pelo culturalismo distracionista e pelas palestras acadêmicas. Chamou a atenção o painel apresentado pelo economista Márcio Pochmann. Este comparou a situação atual com o período pré-1964, chegando a afirmar que o governo João Goulart concluiu deposto em razão de não ter mantido a aproximação com o PSD de Juscelino Kubitschek. Essa digressão histórica serviu para justificar a aliança do PT com o PMDB. É da natureza dos teóricos do nacional-desenvolvimentismo se moverem no campo das disputas interburguesas.

A tentativa de Pochmann é de demonstrar a validade da tese reformista do “acúmulo de forças” (alianças com setores da classe dominante), que seria condição para a realização do “projeto democrático-popular”, pela via pacífica e gradual. Seu discurso apontou para a necessidade da CUT sustentar a correlação de forças em contraposição à “agenda Levy-Resnan”. Ao invés de analisar a submissão do PT como consequência da própria estratégia reformista, tentou minimizar a situação insinuando que se trata de resolver as “contradições” estabelecendo as bases para o “projeto de desenvolvimento nacional”.

A fala do economista foi pontuada também por referências críticas ao distanciamento dos sindicatos em relação às bases, chegando a usar o termo “peleguismo”. Mesmo justificando que se referia aos “outros” (Força Sindical etc.), acabou criando um certo mal-estar. O processo de estatização e de desvio burocrático da CUT não é novo. Explica-se pela política do PT, que a encabeça desde o seu nascimento. A linha de conciliação de classes, condicionada pela estratégia reformista dos petistas, comprometeu a independência da central e seus sindicatos em relação à burguesia e seus governos. A chegada de Lula ao poder e os mandatos posteriores acirraram essa tendência, ao ponto da CUT hoje constituir um dos mais poderosos freios à luta de classes no país.

O conteúdo da apresentação de Pochmann não destoou do governismo que tem sido a marca da CUT. Não foram poucas as referências ao “nosso governo”. Em diversas ocasiões, colocou-se o discurso de fortalecimento da unidade do “campo democrático-popular” para enfrentar o “avanço conservador” (representado pela proposta de impeachment, pelos golpes seletivos da Justiça contra o PT etc.). O instrumento para isso seria a Frente Brasil Popular, entendida como uma “trincheira da esquerda junto aos movimentos sociais”. Por detrás dessa ideia, encontra-se o intento de disciplinar as correntes de esquerda na crise política, ou seja, arrastá-las para a disputa entre as frações da burguesia, em socorro de Dilma.

Daí a importância da defesa feita pelo POR da independência de classe dos explorados diante da burguesia; que a CUT e sindicatos rompessem com o governo Dilma, colocando em pé a oposição revolucionária; por uma solução operária diante da crise, contra a flexibilização capitalista do trabalho; que os trabalhadores se colocassem em luta, com o método da ação

direta, contra a retirada de direitos e pela defesa dos empregos e salários.

Esse conteúdo, na circunstância concreta em que se deu o congresso, com a eclosão de greves operárias em São Paulo, acabou colocando a divergência sobre o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) em primeiro plano, como principal polêmica. O POR se manifestou pela rejeição ao programa, colocando a necessidade de uma campanha nacional em defesa dos empregos, em favor da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.

A direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC teve de se lançar com toda energia em defesa do PPE, afinal, estava defendendo-o aos operários da Mercedes em greve, como alternativa ao anúncio de demissões. Não podia retornar à fábrica com qualquer menção desfavorável em relação ao PPE, sob o risco de alimentar a desconfiança dos trabalhadores. Tinha a argumentação na ponta da língua: tratava-se de uma proposição do sindicato, e não do governo, muito menos da empresa; tinha um caráter passageiro, com prazo determinado; implicaria, caso aceito, numa vitória, uma vez que garantiria os empregos durante o seu período de vigência; estava bem regulamentado, já que a adesão da empresa dependeria de “boa conduta” com os operários; “prejuízos devidamente comprovados da empresa ou conjuntura adversa” e, por fim, seria melhor do que as (no máximo) 5 parcelas do FGTS.

Os petistas alimentaram a ilusão de que a crise é passageira e que o PPE garantirá os empregos. A corrente interna do PT, O Trabalho (que se diz trotskista), apesar de apresentar proposta

contrária ao PPE, assim como o POR, acabou por favorecer o mesmo discurso da Articulação Sindical ao indicar a política recessiva da “agenda Levy-Renan” como responsável pela crise (logo, como um problema “administrativo” passível de solução “modificando a política econômica”). Ocorre que os pretensos trotskistas estão atados ao governo de Dilma Rousseff e profundamente adaptados à burocracia sindical da CUT.

A argumentação da Articulação Sindical se enquadra na política de conciliação de classes. Apoia-se na premissa de que não há “acúmulo de forças” para impor a redução da jornada, sem redução salarial. Diz que, em momentos de crise, essa política é “impossível”. Desse modo, conclui propondo uma “política intermediária”, uma espécie de “recuo” (na prática, abrindo mão de uma consigna histórica dos trabalhadores, que é a redução da jornada, sem reduzir salários). Coloca a faca no pescoço dos assalariados, afirmando que “é isso ou nada”. Acaba capitulando sem luta. Ao considerar a correlação de forças como estática, diminui a confiança dos trabalhadores em suas próprias forças. A votação deu a vitória à direção majoritária.

O congresso se encerrou, como era de se esperar, com a eleição da nova direção tendo outra vez o domínio de quase 100% dos cargos nas mãos da Articulação. O POR seguirá no caminho do combate pela constituição de uma fração revolucionária no interior dos sindicatos, com o programa da revolução e ditadura proletárias, em defesa das reivindicações e dos métodos capazes de impulsionar os operários e demais oprimidos em sua luta independente contra a burguesia.

Balanço do 13º Cecut/RN: um congresso burocrático e de apoio ao governo Dilma/PT

Nos dias 2 e 3 de setembro, ocorreu o 13º Congresso Estadual da CUT no RN, que contou com a participação de 352 delegados. Diferente de outros congressos, este contou com uma acirrada disputa entre correntes internas ao PT, que levou a intervenção da direção da CUT Nacional, que conduziu todo o congresso, destituindo a direção local.

Na abertura, foram chamados os partidos e organizações presentes: PT, Levante, POR, CTB e MST. Com exceção do POR, todos fizeram abertamente a defesa do governo Dilma. Após cantar o hino nacional, a burocracia fez o discurso de que a CUT deveria responder à direita e à tentativa de golpe e que todos deveriam garantir a “democracia” pela qual lutaram. O POR fez a denúncia dos ataques do governo, as demissões, os crimes contra a juventude oprimida, as chacinas aos sem-terra, os processos de criminalização dos movimentos e concluiu afirmando que o 13º Cecut teria como tarefa a aprovação de uma plataforma de reivindicações que respondesse a todos os ataques citados. Nenhuma defesa do governo e dos capitalistas. Total independência e pela unidade das centrais em uma Frente Única de luta.

A primeira mesa do Congresso discutiu a conjuntura internacional e nacional, a qual não contou com 20% dos delegados. De acordo com o regimento, seriam aceitas apenas 10 intervenções para cada tema. Tanto os debatedores dirigentes petistas da CUT, quanto o plenário queriam que a discussão terminasse

o mais rápido. Assim, apenas três intervenções foram feitas, sendo uma do POR.

Enquanto isso, nos corredores e bastidores o que se via eram as negociadas para a formação da chapa para direção estadual.

No dia seguinte não foi diferente, os trabalhos que começariam às 8 h só iniciaram às 10 h e com o plenário esvaziado. Alguns dos delegados contemplando a paisagem que o hotel oferecia e outros nas negociações de bastidores para a composição das chapas.

A programação já era resumida e contando com os atrasos ficou ainda pior. A abertura que seria às 14 h (só iniciou após às 16 h) e no dia seguinte a atividade da manhã teve como tema: “Debate e aprovação das ações estratégicas, plano de lutas e moções”. Como primeiro ponto do plano de luta a ser lido pela mesa foi: “Defesa incondicional ao governo Dilma”, que logo foi reformulado retirando a palavra incondicional, o que em nada mudou a essência da defesa. Outro destaque nas resoluções apresentadas pela burocracia era da necessidade de responder à direita indo às ruas.

O POR se inscreveu e nas duas únicas intervenções apresentou à mesa as resoluções já expostas no nosso manifesto. A mesa, com clara demonstração de que pretendia terminar logo e eleger a direção, lia mal e rápido as propostas apresentadas. Fizemos a defesa em 3 minutos e imediatamente passou-se a

votação em um bloco só, sem nem mesmo precisar ler o que iria ser votado. O POR pediu questão de ordem e, não sendo dada, se seguiu a votação. Com ampla maioria, passaram tanto as propostas da burocracia de apoio ao governo quanto as contrárias defendidas pelo POR. Na declaração de voto, o POR chamou atenção do plenário para o que acabavam de votar, o que só comprovava que não havia interesse em discutir nenhum ponto que levasse os trabalhadores para a luta contra os ataques do governo e da burguesia. O que se via naquele congresso era um momento para escolher qual burocracia iria dirigir a CUT estadual no RN. O POR deixou claro que não iria compactuar com essas posições e chamou os trabalhadores de base a ler nossas propostas e discutir com os trabalhadores que não estavam no Congresso. As propostas apresentadas pelo POR e que foram “aprovadas” foram:

Diante das medidas antioperárias, antinacionais e anti-populares do governo: a) derrubar com greves, ocupações de fábricas e nas ruas o PL 4330, as MPs 664/665 e o PE; b) fim do ajuste fiscal voltado ao sacrifício dos explorados. Que os capitalistas arquem integralmente com a crise do sistema de exploração do trabalho; c) que as centrais sindicais rompam com o governo ou com a oposição burguesa, colocando-se no campo da independência política e organizativa da classe operária; d) que se coloquem em frente única na defesa das reivindicações dos explorados e com o método da ação direta; e) fim das privatizações e recuperação das estatais por meio da expropriação sem indenização.

Defesa das condições de vida dos explorados: a) por uma campanha junto à classe operária em defesa do movimento de ocupação de áreas urbanas e prédios pelos sem-teto; b) que os sindicatos apoiem efetivamente com todos os meios a luta dos sem-teto; c) que os sindicatos denunciem e organizem os trabalhadores contra a ação judicial e policial de despejos constituindo comitês contra a criminalização e repressão aos movimentos; d) que os sindicatos assumam a luta por um sistema único, estatal, gratuito de saúde, educação e transporte, sob controle operário. Expropriação e estatização dos sistemas privados.

Diante da luta dos sem-terra e dos assentados: a) defender junto à classe operária as reivindicações camponesas e auxiliar a sua luta contra os ataques do Estado, do latifundiário e do agronegócio; b) trabalhar pela unidade operária e camponesa – nacionalização das terras e entrega aos camponeses; c) organizar o operariado agrícola sob a política da aliança operária e camponesa.

Defesa do direito irrestrito de greve, manifestação e organização dos explorados: a) revogação das leis que cerceiam as liberdades políticas e organizativas da classe operária; b) fim das perseguições e processos judiciais contra os sindicatos e manifestantes; c) libertação dos presos políticos; d) direito de autodefesa.

Combater a ofensiva privatizante e antinacional: a) rechaçar os programas de privatização de portos, aeroportos, rodovias, metrô, ferrovias, etc.; b) defesa da Petrobrás, sob a bandeira de nacionalização total do petróleo e da indústria petrolífera, sem indenização; c) recuperação das estatais privatizadas, Vale do Rio Doce, CSN, etc.; d) imposição do controle operário sobre as empresas estatais.

A luta pela direção

O Congresso anterior contou com uma participação maior dos camponeses dos sindicatos rurais. Tanto que reelegeu um burocrata ligado aos trabalhadores rurais. Neste Congresso, houve uma participação expressiva de funcionários públicos, conduzidos por um grupo do PT, a antiga Tendência Marxista, que se apropriou de uma federação de funcionários públicos e que vive do imposto sindical de todos os servidores dos municípios do RN. Os sindicatos rurais, com representações menores, diga-se a maioria de burocratas, e o funcionalismo estadual ligados à educação e aos funcionários municipais da capital, vinculados ao Sinsenat (sindicatos dos servidores de Natal) compuseram a base social do Congresso. O apoio dos burocratas ligados à Federação dos Municipais foi decisivo para uma das chapas. Estes justificaram que como chapa de “oposição” defendiam uma CUT de luta.

As duas composições colocaram como cabeça de chapa duas mulheres, com a demagogia de que era a defesa da paridade, representava a mulher assumindo postos importantes, assim como a “presidenta” Dilma. Ao final, comprovou-se que não passou de disputas burocráticas. Ganhou a chapa que tinha a maioria de servidores públicos com 60% dos votos, o que garantiu à burocrata do Sinte a presidência e 8 cargos na executiva. A chapa ligada aos trabalhadores rurais e demais sindicatos obteve 6 cargos na executiva.

Burocracia cutista impede a participação do POR com todos os seus delegados eleitos em assembleia

Na assembleia do Sinte, o POR obteve 25% dos votos tendo garantido 6 delegados ao Congresso, sendo um pela regional de Ceará-Mirim. Este percentual deu ao POR o direito de um representante para o Concut. A burocracia tentou impedir de todas as formas. Tentou impor que 50% dos nossos delegados fossem mulheres, que era o que mandava o estatuto (o que não era verdade), que havia erros nos nomes, enfim no momento de cadastrar os delegados do total de 6 apenas 3 estavam inscritos. Três nomes do POR foram burocraticamente substituídos pelo grupo que foi eleito para a atual direção. Recorremos, mas nada foi aceito.

O Congresso serviu apenas para referendar o apoio ao governo. Não houve debate, não se discutiu a crise do estado do RN, o aumento das demissões, as greves do funcionalismo estadual e os ataques dos prefeitos.

No RN, a cada trinta minutos, um posto de trabalho é fechado. O governo de Robinson (PSD/PT) já apontou que há uma possibilidade do Rio Grande do Norte transformar-se em um Rio Grande do Sul referindo-se à falta de dinheiro para pagar o funcionalismo. Nada disso o congresso da CUT discutiu.

Diante do avanço da crise, é danosa a posição das burocracias sindicais que fazem disputas aparelhistas e eleitorais, enquanto os trabalhadores e a juventude arcam com todo o peso da crise, seja pela destruição dos serviços essenciais como saúde e educação, seja pela falta de emprego e demissões. A fragmentação das várias centrais sindicais também serve para dividir nossa luta. Mantemos a defesa de uma única central operária que unifique nossas reivindicações pelo método da ação direta.

Rondônia

Nem as festividades em homenagem ao 7 de setembro escaparam da crise econômica mundial

O estado capitalista nunca deixa passar em branco a aula prática em público, cujo conteúdo é o da existência de uma “Pátria Independente”. No entanto, em Rondônia, nem o 7 de setembro escapou da crise econômica, pois o governo decretou que apenas os militares comparecessem para desfilarem nas avenidas.

No grito dos excluídos, que em anos anteriores à vitória de Lula, estudantes das escolas públicas desfilavam como protagonistas nesta comemoração adestradora de consciência de defesa do capitalismo, esse ano está sendo inviabilizada no estado, devido à crise do capitalismo e seus reflexos no estado. A população é chamada a comparecer para apreciar a grande farsa teatralizada desta vez só com os militares, demonstrando a ostentação das diversas corporações, como pretensos “defensores da pátria”, obscurecendo o real significado do que eles defendem verdadeiramente, que é a preservação da propriedade privada dos capitalistas.

A militância distribuiu um manifesto que destacou os principais problemas vivenciados pelos explorados

Mesmo com toda essa campanha da burguesia para calar a voz dos oprimidos, a militância do Partido Operário Revolucionário junto ao Comitê Popular de Lutas em Defesa do Socialismo, compareceu neste 7 de setembro na avenida. O POR expôs suas faixas, mostrando a importância da política frentista em torno do chamado da unidade dos explorados para combater a exploração e criar a sociedade sem explorados e exploradores. Denunciou a corrupção, os efeitos da crise econômica sobre os ombros dos trabalhadores.

O “Grito dos Excluídos” em todo Brasil deveria ser um grito contra o desemprego crescente da classe operária, perdas dos direitos trabalhistas, terceirização, precarização do trabalho, arrocho salarial, assassinatos de camponeses pobres, prisões políticas, destruição dos serviços públicos (educação e saúde, dentre outros). Contra a criminalização dos movimentos sociais, a corrupção na política e o chamado da greve geral, levando os trabalhadores às ruas para lutar pela destruição do

Rondônia

Burocracias sindicais privilegiam as eleições ao invés da greve nacional

Após cem dias de greve, a luta na UNIR continua fragilizada por ter um sindicato (Adunir), que é conduzido por uma direção frouxa, incapaz de mobilizar de conjunto os docentes para enfrentar a burocracia da universidade e o governo. E que se submete às pressões sorrateiras dos fura-greves e dos burocratas de plantão.

Deixou-se levar no embate em plena greve pelas pressões de grupos oportunistas, que igualmente apenas querem o sindicato não para defender a base, mas para aparelhar-se e defender interesses particulares. Ao descuidar-se do fim do seu mandato, deixou a sorte da entidade e da luta grevista à mercê

sistema capitalista.

No estado de Rondônia, precisaria ser um “Grito”, que, ao envolver os aspectos gerais da defesa das massas no país, se colocasse contra a destruição da natureza - queimadas nas florestas, que cinicamente em períodos de estiagens justificam que são provocadas por quedas de raios ou “pontas de cigarros”. O “Grito” deveria se dar contra a fome e a miséria, que atormentam as aldeias indígenas e demais oprimidos, contra a destruição dos mananciais de água, de fontes naturais de riquezas, que alimentam os ribeirinhos; contra a expulsão das populações indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhas. Nas vésperas do “Grito” deste 2015, centenas de peixes foram encontrados mortos encalhados em árvores da floresta num Igarapé da Zona Rural de Porto Velho. Qual seria o motivo? A história do estado registra que crimes de pulverizar venenos nas terras e reservas d’água dos indígenas tem sido práticas de latifundiários para saquearem as terras pela morte não apenas dos peixes e destruição de outras fontes de alimentação, mas pela morte também da população indígena.

O “Grito” em todo país deveria defender as reivindicações elementares dos trabalhadores: emprego com salário mínimo vital, escola, lazer para a juventude, moradia e terra aos camponeses pobres.

O POR mostrou ainda o significado de um País Independente

O Partido Operário Revolucionário/POR defendeu no **Grito dos Excluídos** a ação direta e o programa de um governo operário e camponês. Levantou a bandeira da Revolução e ditadura proletária, fez a defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores para derrotar o capitalismo e construir o socialismo, como condição para resolver definitivamente os problemas que afligem os explorados.

Viva a Revolução Proletária! Só através dela teremos a verdadeira **independência nacional** e construiremos a sociedade sem explorados e exploradores em todo o mundo.

de grandes prejuízos devido à pressão de grupos oportunistas. A direção frouxa, ao não ter força para barrar um processo eleitoral em plena greve, passa a fazer parte de uma chapa para reeleição que disputa com membros apoiadores de um grupo golpista que tumultuou uma assembleia que teria como obrigação organizar atividades para fortalecer uma greve que é nacional. Nesta mesma assembleia, poderia ter se autocriticado pelo erro para retomada do processo posterior à greve.

Foi no dia 20 de agosto que aconteceu a assembleia com a presença dos oportunistas que em primeira ordem queriam destituir a diretoria e assumir a direção. Mas o que querem

da entidade? Defender a base ou aparelhar-se? Vejam bem. Os oportunistas buscam os sindicatos e entidades apenas para aparelhar-se sem pretensões políticas de organizar lutas e politizar a base para enfrentar os patrões e governos. A pressão dos oportunistas resultou na destruição da greve e, consequentemente, na volta de departamentos que aderiram à greve entre a última semana de agosto e a primeira de setembro, retornaram às aulas sem que a direção da entidade organizasse uma intervenção para impedir.

A militância da Corrente Proletária da Educação CPE se colocou contrária à manobra das burocracias sindicais nesse momento crucial de greve e se posicionou pelo fortalecimento da unidade grevista, organizando caravanas para Brasília,

Rondônia

Nota de esclarecimento contra a difamação do MEPR contra o POR

Recentemente, militantes do MEPR durante manifestação pública no interior da greve da UNIR, em Rolim de Moura, distribuíram um panfleto que defendia “a greve geral”, mas cujo conteúdo, em vez de se centrar na explicação da defesa da greve geral, propunha-se, na maior parte do texto, a ser um ataque ao Partido Operário Revolucionário (POR).

Rapidamente, exporemos nossa crítica ao panfleto difamatório.

Primeiro, nossas críticas não são pessoais. Não citamos nomes, nem entregamos à repressão quais militantes fazem parte de tal ou qual corrente. Nossos materiais e intervenções públicas criticam a política das correntes quando essas resvalam para o colaboracionismo e para o oportunismo. Fazemos essa crítica não de um modo abstrato, mas no interior dos movimentos sociais. Nossas críticas à postura do Centro Acadêmico de Pedagogia, dirigido por militantes do MEPR, dizem respeito à conduta diante da greve e não às acusações gerais da política dessa corrente. O imobilismo e a posição do CA de que as aulas não fossem suspensas para os alunos do 8º período refletem uma política. Defendemos desde o início a greve e, como reconhecem nossos detratores, a unidade entre docentes, técnicos e estudantes. Aqueles que se propõem a defender a greve geral não devem fazer concessões àqueles que não a defendem.

USP: Somente o movimento estudantil organizado, sob a política da classe operária, pode responder à violência no seio da universidade

Quando a reitoria firmou convênio com a PM em 2009, garantiu que reduziria a criminalidade. Seis anos se passaram e os fatos expõem uma realidade oposta. Os estupros não cessaram, os furtos e assaltos aumentaram e em 2011 um estudante da FEA foi assassinado. Há poucos dias, o estudante de Letras Alexandre Simão de Oliveira Cardoso foi baleado em frente à faculdade. Segundo a imprensa, tudo ocorreu durante uma tentativa de assalto.

Mais uma vez, a reitoria e a Secretaria de Segurança Pública se utilizam do caso para defender a adoção da “Segurança Co-

participando das assembleias gerais unificadas inclusive junto aos outros setores em greve, impulsionando as manifestações locais, etc. Ou seja, fortalecer a luta grevista.

Os oportunistas, por sua vez, organizaram uma comissão eleitoral e duas chapas foram inscritas. Portanto, prevaleceu a eleição. A greve ficou para o segundo plano.

E quais são as duas chapas? Uma é formada por membros da direção atual, que se organiza em torno do apoio a um pretendo candidato a reitor, intitulada “Chapa Limpa”. A outra apoia membros da atual burocracia da universidade, que certamente segue apoiando o candidato que a reitora Berenice aceita e recebeu o nome de “Adunir Plural”. Não há divergência de essência entre as duas chapas.

Segundo, a única crítica política que o MEPR nos faz é de que não temos por princípio a rejeição a participar das eleições burguesas. De fato, nós não temos esse princípio. Os revolucionários atuam nas eleições para defender seu programa da revolução proletária, buscando destruir as ilusões democráticas dos explorados, que existem com força em nosso país. Nem Marx, nem Engels, nem Lenin, citados pelo MEPR, defendiam por princípio a não participação nas eleições burguesas. Quem o faz origina-se da tradição anarquista.

Por último, nossos militantes, de quaisquer setores, atuam nos movimentos sociais, sindicais e populares. Quando participam de uma greve, atuam para que cresça, se unifique a outros setores e projete a luta contra os governos e os capitalistas. Nós não fazemos concessões a esses princípios táticos. Atuamos do início ao fim das greves defendendo o método da ação direta, a unidade entre todos setores, a paralisação completa das atividades. Se não há críticas quanto a essa nossa postura disciplinada nos movimentos, o que o MEPR faz é pura e simples difamação, que serve, aí sim à confusão. Além é claro, da delação de militantes, que, como já dissemos, serve à repressão.

Rechaçamos a difamação e a delação.

Lutamos pela unidade organizativa dos trabalhadores, pela vitória da greve das universidades e pela construção da greve geral.

munitária”, 80 a 120 policiais à paisana, que serão escolhidos conforme um perfil universitário. A reitoria espera implantá-la ainda em setembro.

O Convênio assinado pela Universidade e a PM em 2009, permitindo a ronda e bases comunitárias da polícia dentro do campus, não reduziu a violência porque esta não é consequência da ausência ou presença de um organismo repressor do Estado. A violência social tem suas raízes na opressão de classe. O avanço da desintegração do capitalismo a potencia. Não por acaso, cresce sem cessar o narcotráfico, toda sorte de crimina-

lidade e a matança de jovens pela polícia. A universidade não tem como evitar essas manifestações em seu interior.

A resposta da reitoria e do governo em aumentar a presença da polícia no campus não objetiva de fato resolver os casos de violência, mas sim implantar uma força de segurança contra o movimento estudantil. Observa-se que medidas elementares como uma boa iluminação do campus não são tomadas.

Repetimos: a presença da polícia no campus nunca trouxe segurança. A ação policial se restringe a reprimir o movimento universitário. Basta ver o histórico desde 2009 contra as greves, manifestações e reintegrações de posse da reitoria. A PM se arma violentamente contra os movimentos reivindicatórios e não assegura proteção a ninguém. A PM não evitou que Alexandre fosse baleado, assim como não evitou o assassinato de Felipe Paiva, morto no estacionamento da FEA, em 2011.

A Segurança Comunitária é a institucionalização do agente infiltrado. A militância e os ativistas do movimento estudantil não são criminosos. Mais do que ter clareza sobre o caráter do movimento, é preciso entender a ação da burocracia conjuntamente com o Estado ao intensificar a repressão sobre os estudantes. Esta ação se explica pela necessidade de maior contenção sobre a juventude. Uma economia em crise, que se estende à crise no interior do governo e parlamento, se projetará em insatisfação e revolta das massas no seu conjunto ao se virem

Rio Grande do Norte

Sobre crítica da Kizomba à proposta da CPE: Contra a expulsão dos ambulantes. Nada de regulamentação!

Na assembleia, apresentamos como proposta de reivindicação que, ao sermos contra a expulsão dos ambulantes, também somos contra a regulamentação destes. Colocamos que a regulamentação, como é realizada, implica a cobrança de taxas e imposição de critérios, que podem resultar tanto na dificuldade desses trabalhadores se manterem, visto que optam pelo trabalho informal como uma forma de sustentar suas famílias diante do desemprego ou dos salários de miséria. Além disso, a regulamentação pode implicar restrições a ambulantes que não atendam a certos critérios. Quanto à superação do trabalho informal, a CPE defende o emprego a todos e o salário mínimo vital (suficiente para atender a todas as necessidades de uma família).

Explicamos também que a questão dos ambulantes está diretamente ligada ao problema das cantinas. Estas não suprem a demanda dos estudantes, além de não possuírem preços em conta. Os ambulantes acabam sendo uma alternativa para os estudantes se alimentarem no campus. A reitoria sequer resolve o problema das cantinas, e ainda por cima quer expulsar os ambulantes, submetendo, na prática, os estudantes ao serviço caro e insatisfatório das cantinas, num claro ataque aos estudantes e ambulantes. Assim, colocamos na assembleia que, para resolver o problema das cantinas, é preciso exigir o fim das licitações e das cantinas privadas, e que a própria comunidade universitária, em uma assembleia geral dos três setores, decida sobre seu funcionamento. Dessa forma, estaríamos, na prática, sendo contra o processo de privatização dos espaços da universidade pública, pondo fim ao fato de empresários, via concessão por licitação, lucrarem às custas dos bolsos dos estudantes.

obrigadas a maiores sacrifícios. Daí a necessidade de maior repressão.

O movimento estudantil deve responder conjuntamente ao que aconteceu a Alexandre e à falsa solução dada pela reitoria. Cabe convocar uma assembleia geral dos estudantes para responsabilizar a burguesia, o governo e a burocracia universitária pela crise social e pelas suas consequências nefastas. O movimento estudantil deve responder com o programa da autonomia universitária, que se baseia no poder da assembleia universitária. Todos os problemas do campus devem ser respondidos pelos estudantes, funcionários e professores organizados independentemente do Estado. Somente o movimento de massa com suas reivindicações e sua estratégia de luta tem como responder a todas as chagas do capitalismo putrefato. Evidentemente, não há como solucionar a violência nos quadros da universidade, uma vez que esta reflete o que se passa no âmbito de toda a sociedade. Por isso mesmo, trata-se de organizar o movimento estudantil sob a direção da política do proletariado.

Nenhuma força de repressão no interior da universidade! Fora PM!

Todo o poder à Assembleia Universitária!

Pela autonomia universitária!

Por um governo tripartite!

Na fala seguinte, o Kizomba/PT nos rebateu, inclusive caracterizando como neoliberal o fato de sermos contra a regulamentação. Argumentam que esta, além garantir que os ambulantes não serão expulsos, pode ser uma forma de organizá-los em cooperativas, para que possam inclusive participar das licitações. A sua defesa da regulamentação já era esperada, visto que é o que tem defendido e encaminhado nas mesas de negociação com a reitoria.

O Kizomba/PT fez uma fala contraditória. Ao mesmo tempo em que caracteriza nossa defesa como neoliberal, aponta, a partir da regulamentação, a possibilidade de participação dos ambulantes em processos de licitação. Ou seja, o Kizomba não se opõe ao processo de privatização dos espaços de alimentação da UFRN, via licitação, isso sim é uma medida neoliberal.

A contradição se agrava, posteriormente, quando o Kizomba não concorda com a exigência do fim das licitações e das cantinas privadas. Quanto às cantinas, se limitam a chamar a bandeira abstrata “fim do monopólio das cantinas”, que na prática se resume a denunciar os preços abusivos das cantinas e a exigir destas que cumpram o acordado na licitação.

O Kizomba/PT, ao defender a regulamentação dos ambulantes e não ser contra as licitações, além de formalizar o ataque a esses trabalhadores, assume a postura neoliberal de privatização da universidade. A CPE, quando defende “nada de regulamentação”, mas se colocando pelo fim das licitações e das cantinas privadas, além de defender a vida dos trabalhadores ambulantes (colocando como solução o emprego a todos e salário mínimo vital), se coloca contra a via neoliberal.

3ª reunião unificada contra a repressão SP-RJ

A terceira reunião unificada Rio de Janeiro e São Paulo ocorreu no dia 05 de setembro e contou com a participação de aproximadamente 35 pessoas. Ocorreu na Cinelândia, em frente à Câmara. Antes da discussão sobre a repressão, foi discutido o problema do esvaziamento das assembleias populares. Era uma “assembleia das assembleias”, onde se reuniram: Assembleia da Cinelândia, Assembleia Aldeia Maracanã (movimento indígena), Assembleia Largo do Machado, Assembleia Largo São Francisco. Elas se constituíram após as jornadas de junho de 2013. Foi-nos dado a palavra e a usamos para relatar o histórico do Comitê de São Paulo, ressaltar a importância da reunião conjunta das assembleias e para avaliar que o esvaziamento é normal, uma vez que são poucos os que assumem a tarefa de organizar o movimento no momento de refluxo. A maioria se vincula por uma pressão conjuntural. Dissemos que, embora as assembleias tenham se constituído para lutar por questões específicas, a opressão e a exploração de classe é o que unifica a todas as lutas e por isso devem se unificar para combater a raiz do problema a fim de conquistar as reivindicações específicas. Por fim, dissemos que as assembleias deveriam ser preservadas, ainda que reduzidas em número. Trata-se de defender o método da democracia e da ação direta, em que as massas tomam em suas mãos a tarefa de lutar por suas reivindicações, em contraposição à crença na representação parlamentar. Preservá-las, hoje, permitirá que amanhã sejam referência para os oprimidos. A crise recrudescerá e sacrificará ainda mais os explorados, que buscarão uma forma de se defender. Diante desse quadro, as assembleias serão grandes novamente.

Encerrada essa discussão, deu-se início à reunião contra a repressão com pauta “Lei Antiterrorismo”. Propusemos que se incluísse um balanço dos encaminhamentos da última reunião e informes gerais sobre repressão. O Comitê de São Paulo mostrou as moções coletadas junto aos sindicatos e entidades do movimento e os cartazes em defesa dos presos e processados políticos. Abriram-se as falas sobre a Lei Antiterrorismo. O debate foi muito rico. A essência dessa Lei é atacar o método de ação direta das massas e sua organização independente. Da reunião, saiu uma campanha contra a Lei Antiterrorismo e a constituição de uma Frente com todas as organizações dos movimentos: centrais, sindicatos, entidades estudantis, movimento camponês e popular.

Disputa política com os anarquistas: direção revolucionária e a defesa do método da democracia operária

Houve três divergências. A primeira foi quanto à convocação das entidades do movimento. Os anarquistas usaram dessa proposta para colocar em oposição “direção” e “horizontalidade”. Argumentaram que a “direção” é uma organização impositiva, enquanto que a “horizontalidade” tem como base a democracia. O POR explicou que existem muitas direções autoritárias e burocráticas, que se deve às políticas das correntes que estão à frente da direção. Nós, comunistas, defendemos

uma direção revolucionária e não burocrática, assentada na mais ampla liberdade de manifestação, divergência, e deliberação por meio do método da votação. A proposta apresentada pelo POR tem por conteúdo o chamado às entidades e as bases do movimento. Não defendemos uma direção que se dê pelo acordo de cúpula, mas que se constitua no desenvolvimento da luta.

A segunda divergência se deu com o nome da campanha: “Campanha contra o terrorismo de Estado: AI 5 de novo não!”. Havia oposição quanto ao termo “terrorismo de Estado”. Não partiu do POR a proposta do nome da campanha, mas nós a defendemos, por entender que se trata de uma caracterização. O termo Terrorismo de Estado, comum aos marxistas, expressa o monopólio da violência na mão do Estado, usado para conter a insurreição das massas. Não se trata de reforçar ou não o termo terrorismo, mas justamente de precisá-lo.

A terceira divergência se deu na solução do impasse: consenso ou votação. O companheiro que apresentou inicialmente a divergência ao termo fez uso de um recurso da organização horizontal que é o veto. Diante do veto, várias foram as propostas de consenso, que não se concretizou. O POR propôs a votação. Houve resistência, mas por fim ela foi posta em prática e a manutenção de “Terrorismo de Estado” ganhou.

Segue agora a tarefa de por em pé a campanha contra a Lei Antiterrorismo, em tramitação no congresso. A urgência em aprová-la se deve à pressão imperialista. Segue abaixo o chamado aos movimentos, aprovada na reunião.

Campanha contra o terrorismo de Estado: AI 5 de novo não! Vozes da liberdade

O segundo encontro RJ-SP sobre a repressão, realizado no Rio de Janeiro em 5 de setembro aprovou uma campanha contra a lei da repressão e antiliberdade, denominada pelo Estado de “lei antiterrorismo” (PL2016/2015) do governo Dilma/PT.

Essa lei, em conjunto com diversas outras, fortalece o aparato legal repressor contra todos os movimentos sociais. O texto diz que não vai se aplicar aos movimentos sociais reivindicatórios, mas quem decide se o movimento é legítimo ou não é o juiz.

A essência dessa lei é de reprimir a ação direta e as organizações autônomas dos movimentos. Greves, bloqueios de rua, ocupações, piquetes e protestos em geral serão considerados crimes contra a segurança nacional. O “criminoso” será enquadrado como terrorista, sendo penalizado em até 30 anos de reclusão por defender seus direitos.

Esse encontro convida a todos os movimentos populares e sociais a comparecerem à próxima reunião contra a repressão, no Rio de Janeiro, buscando-se constituir uma frente contra a repressão sob a base da democracia direta e horizontalidade, o que implica que se discuta nas assembleias de base de todos os movimentos.

Em defesa da liberdade de manifestação, pensamento e ação!

Liberdade imediata a todos os presos políticos!

Nesta edição:

- O que pretende o governismo com a prematura campanha pela reeleição de Evo Morales e García Linera?
- Europa: o capitalismo impulsiona a barbárie social.
- Avança a concentração de riquezas e da miséria nos polos antagônicos da sociedade
- Governo e PC cubanos avançam a restauração capitalista em Cuba
- Homem ao mar (Trotsky)

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O que pretende o governismo com a prematura campanha pela reeleição de Evo Morales e García Linera?

O governismo, poucos meses depois de ter iniciado o terceiro mandato presidencial de Evo Morales, já começou a campanha pela reeleição para o período de 2020-2025. Deliberadamente, se esconde atrás das chamadas “organizações sociais” - que não são outra coisa que quadrilhas que atuam por trás dos setores que dizem representar, com o suborno do governo, assaltando recursos do Estado, como o Fundo Indígena e aparelhando os cargos da administração pública - para divulgar a impostura de que se trata do pedido clamoroso do povo e que o Parlamento não tem outro caminho que o de obedecer, aprovando a correspondente lei de modificação da Constituição Política do Estado Plurinacional.

É inquestionável que importantes setores da classe média, do movimento operário e alguns povos indígenas, que têm perdido seus territórios por causa da política entreguista e pró-imperialista do governo, vêm conseguido independizar-se do controle do governismo. Agora, impulsionados pelas primeiras manifestações da crise, que começam a bater em suas costas, passaram a se mobilizar - como fizeram os operários nos últimos dias contra o estancamento da indústria e as demissões massivas, que já aparecem como ameaça no horizonte - passando do mal-estar mudo às ações de rua. Neste ambiente, a campanha do governismo, matizada por uma deliberada atitude provocadora, quando defende que a reeleição pode ser indefinida - até que Evo cumpra não só com a promessa de eliminar a pobreza até 2025, mas também conquiste a saída ao MAR com soberania, não importando se somente conseguirá isto em 50 anos - gera uma repulsa generalizada dos setores acima mencionados. Parece até que os estrategistas do governo estão interessados em jogar mais combustível na fogueira para provocar um maior mal-estar na população cansada de suas manobras cínicas.

É importante definir com precisão o que quer o governismo e onde ele pretende chegar com esta atitude deliberadamente desafiante, prepotente e provocadora. Se levarmos em consideração que o destino da política e das eleições se define na ampla base da classe média das cidades, agora muito sensível às consequências da crise, não se torna contraproducente que o governo procure ampliar o mal-estar neste setor e se chocar com ele?

Há dois aspectos que devem ser levados em conta:

Primeiro, o motivo de precipitar a campanha pela reeleição obedece à necessidade de ganhar tempo e resolver o problema tão rápido quanto possível, antes que as consequências da crise tornem impossível o sonho de manter-se no poder para mais um mandato ou para sempre. O governo percebe que os fantasmas que a crise traz consigo, como a miséria, o desemprego, o mal-estar social, etc. o obrigam a reprimir brutalmente os explorados e oprimidos da Bolívia, como está fazendo com os diferentes setores que se atrevem a sair às ruas para protestar exigindo soluções para os seus problemas. Considerando que a Emenda Constitucional aprovada pelo Parlamento deve ser submetida a um referendo popular em poucos meses, se o mal-estar social aumentar o governo enfrentará graves dificuldades na classe média, no movimento operário e em alguns setores de indígenas do Oriente boliviano.

Segundo, o governo está muito interessado em usar esta questão da reeleição como cortina de fumaça para distrair a população, desviar a atenção dos problemas trazidos pelas manifestações da crise estrutural do sistema que já estão sendo sentidas no país, das medidas preventivas que está obrigado a realizar e que fatalmente afetará o bolso da população, como a de expandir o universo dos trabalhadores que devem pagar imposto de renda, do destino das empresas produtivas diante da crescente pressão externa que as torna menos competitivas, do desemprego que é um fantasma que deixam inquietos os trabalhadores das empresas industriais grandes, médias e pequenas, que dia a dia declaram falência, da lamentável situação da mineração estatal e privada, incluindo a cooperativista, etc.

Seria um grave erro que o movimento operário e dos oprimidos em geral se deixem arrastar por esta manobra que a miserável oposição de direita caiu como uma mosca na teia de aranha, fazendo precisamente o que o governismo espera que ela faça, criando uma comoção e um fato político pelo atrevimento de Morales de querer converter-se em presidente vitalício. Para os explorados, Evo Morales será chutado do poder a pontapés quando a situação política amadurecer até o nível de poder executar esta ação. Somente os cretinos eleitoralistas acreditam que a história se define exclusivamente nas urnas.

Europa: o capitalismo impulsiona a barbárie social.

É necessário que o proletariado conquiste sua independência e avance em sua organização internacionalista

O intervencionismo imperialista nas semicolônias avolumou a destruição de forças produtivas mundiais. Os explorados assistiram à destruição de meios de produção e de subsistência em uma escala gigantesca. Agravou-se assim a desintegração política e social de países, que foram abalados pela crise estrutural do capitalismo e que refletiram as graves consequências do aprofundamento da opressão nacional. Criaram-se assim as condições para o deslocamento de um grande contingente da força de trabalho das semicolônias à Europa. Sem se compreender esses elos de interdependência, não há como se identificar corretamente a crise como desintegração do capitalismo.

A tragédia dos imigrantes e dos refugiados expressa em números

Os refugiados e imigrantes deslocados pelo mundo por conflitos internos e guerras civis nos países semicoloniais superaram os da Segunda Guerra Mundial. 60 milhões de pessoas habitam em campos de refugiados. A União Europeia (UE) acolhe e asila apenas 3% desse montante. No entanto, observa-se um crescimento do fluxo de refugiados à Europa no último período. Em 2014, 340 mil imigrantes chegaram ao continente. Mais de 30 mil morreram afogados no Mediterrâneo e centenas asfixiados em contêineres de caminhões.

A maioria dos refugiados provém de países que sofreram intervenções imperialistas e guerras civis resultantes dessas intervenções: 20% da Síria; 13% do Kosovo (outros 978 mil deslocaram-se de Montenegro, Bósnia-Herzegovina, Albânia, Sérvia e Macedônia, que não formam parte da UE); 7% do Afeganistão; 6% da Eritreia; 3% da Sérvia, Albânia, Iraque, Ucrânia; 2% de Somália, Mali, etc.

Destaca-se o fluxo de refugiados sírios e líbios. A Líbia viu crescer o deslocamento de refugiados como resultado do intervencionismo imperialista e da guerra civil, que destruiu o país. A emigração da Síria para a Europa é, sem dúvida, a mais importante numérica e politicamente do último período. Entre 2012-14, a imigração deste país cresceu 323%, indicadores só superados pela Eritreia (433%) e pelo Kosovo (700%). Trata-se de um país devastado, com uma inflação de 600%, com total desabastecimento de insumos básicos, infraestrutura industrial e de serviços destruídos pela guerra, com permanentes massacres e genocídios raciais e religiosos. Essas condições levaram à morte 230 mil habitantes e impulsionaram 11 milhões a fugirem do país. Três milhões encontram-se assentados com caráter permanente em campos de refugiados da Jordânia, Turquia, do Líbano e Iraque. Outros tantos encontram-se na Turquia e no Líbano, visando a alcançar a UE. O mesmo se passa com a Ucrânia. O intervencionismo imperialista, a guerra civil e sua fragmentação territorial expulsaram um milhão de seus

habitantes: 800 mil refugiados estão na Rússia e 80 mil, na Bielo-Rússia.

Medidas para racionalizar e militarizar o fluxo de refugiados e imigrantes

Excetuando a Rússia e a Turquia, os países mais afetados são a Grécia, com 20 mil refugiados, a maioria confinada em verdadeiros campos de concentração. A Itália, com 100 mil provenientes majoritariamente da Síria (60 mil) e da Eritreia (34 mil). Porém, também a Alemanha (80 mil), Hungria (30 mil) e França (15 mil). A ONU tem proposto à UE que acolha mais 800 mil refugiados e imigrantes nos próximos anos. O Parlamento Europeu aprovou recentemente o que se chamou “lei de cotas”: cada país recebe imigrantes segundo sua taxa demográfica, PIB e taxa de desemprego. O plano propõe imediatamente distribuir 120 mil da Itália, Grécia e Hungria entre a Alemanha (31 mil); França (24 mil); Espanha (15 mil); Polônia (9 mil); Holanda (7 mil); a Áustria, Bélgica, Portugal e Suécia (3 mil cada); e finalmente a Bulgária, Croácia, República Checa, Finlândia e Eslováquia (mil cada).

Essas medidas, no entanto, têm se chocado com a resistência e rejeição de vários países membros. O que comparece como mais um fator de desenvolvimento dos atritos interburgueses. Certamente, os abalos da crise sobre as economias nacionais são fatores de desestabilização social interna. De forma que o fluxo de imigrantes, com os consequentes subsídios e serviços sociais, poderá aprofundar o quadro de crise, assim como as contradições sociais acumuladas nos últimos anos. São essas condições que ora combinam-se com as manobras das burguesias nacionais para equacionar a luta de classes em seus países, ora com as medidas que descarregam os maiores custos orçamentários sobre seus Estados vizinhos e concorrentes no mercado.

A crise impulsiona as movimentações à esquerda e à direita das classes médias

O quadro acima descrito cria as condições para avolumar as movimentações políticas de amplas camadas das classes médias europeias, submetidas a um ataque sistemático da burguesia a suas condições de vida e trabalho, de um lado, e às medidas de fortalecimento do Estado policial e ao desenvolvimento de tendências xenófobas impulsionadas por frações monopolistas, de outro. É o que se observa nas massivas lutas de setores dos assalariados em defesa de suas condições de vida (professores, estudantes, funcionários, etc.) e ligadas cada vez mais às campanhas de solidariedade com os refugiados e imigrantes, exigindo anular as leis anti-imigração e dar asilo e residência permanente aos que o solicitarem. Mas, também nos movimentos ancorados na xenofobia e no racismo, que atacam os imigrantes (Alemanha, Polônia, Hungria, Grécia, etc.), exigem a expulsão dos imigrantes e refugiados e se constituem

em grupos de choque para intimidá-los e violentá-los.

Evidentemente, são os partidos de extrema direita (como a Frente Nacional na França, o movimento PEGIDA da Alemanha, Jobbik da Hungria, Aurora Dourada da Grécia, *Lei e Justiça* da Polônia, etc.) os que mais se aproveitam da crise dos refugiados para reforçar suas posições eleitorais e políticas. Utilizam-se fundamentalmente do temor ao crescimento da taxa de desemprego, constituindo-se em base de manobra das frações monopolistas, que almejam esmagar a luta de classes e utilizar a ultradireita para suas disputas econômicas e políticas.

O fundamental está em que essas tendências fascizantes não conseguiram ainda desviar o forte rechaço dos explorados às políticas de ataque aos salários e aos empregos. É importante, porém, assinalar que a polarização da pequena burguesia, ora à direita, ora à esquerda, indica quais os rumos da crise política e das tendências presentes entre as camadas das classes médias.

Crescem as tendências à maciça de destruição de forças produtivas

Uma fração da burguesia encontra na crise dos refugiados uma via para aumentar seus lucros. Caminhões utilizados para o tráfico de produtos ilegais (drogas, cigarros, etc.), agora, servem para o transporte de refugiados. De forma que, embora a UE acirrasse a luta contra o tráfico ilegal de pessoas, o negócio cresce na medida em que a demanda dos refugiados aumenta e o desespero dos imigrantes serve para consolidar uma força de trabalho semiescrava.

É o que se passa na Grécia, onde uma parte dos refugiados trabalha como assalariados na produção agrícola e nos serviços sob um regime de trabalho forçado e com salários até 50% mais baixos que seus equivalentes europeus. Eis por que o combate contra os traficantes somente dificultará umas das vias que têm os oprimidos para fugirem da miséria, da fome e das guerras civis. Mas, não impedirá de continuar o negócio. Governos burgueses e frações monopolistas precisam desse tráfico para achar uma saída conjuntural à tendência de queda da taxa de lucros dos monopólios nas potências e semicolônias.

Essas manobras, no entanto, se chocam com barreiras econômicas e políticas. De um lado, o capitalismo está mergulhando na crise de superprodução de valores e mercadorias e, de outro, não consegue incorporar parcela significativa da força de trabalho do exército de reserva mundial. Os mercados comparam demasiadamente estreitos; e é a tendência contrária que se firma: a da destruição dos empregos e forças produtivas. Por outro lado, a incorporação de mão-de-obra imigrante, nessas condições, reforça o deslocamento de outra grande de massa de força de trabalho empregada. Como se vê, a crise dos imigrantes e refugiados, embora crie condições para rebaixar os salários e as condições trabalhistas do conjunto da classe operária, se choca por outro lado com a incapacidade do capitalismo de aproveitar essa massa de força de trabalho produtivamente.

É fundamental assinalar, porém, que a morte de dezenas de milhares de imigrantes e o cerceamento de seus direitos (econômicos, políticos e sociais) correspondem às tendências de destruição de forças produtivas. E expõe em toda sua face bárbara a podridão da sociedade burguesa.

A Europa transforma-se em uma grande prisão

As medidas da França, Alemanha, Inglaterra e outros países para asilar a milhares de imigrantes não passaram de vil manobra, coberta de uma roupagem pretensamente humanitária. A política dos estados capitalistas é a de conter, reprimir e desarticular os movimentos imigratórios e migratórios, visando a abortar as tendências à rebelião dos refugiados, que levaria à explosão da crise no leste e sul europeus.

De fato, os refugiados estão impedidos de escolher o país onde querem viver. Serão distribuídos segundo “suas qualidades, vontade e capacidade do Estado membro para os acolher”. O Grupo de Visegrado (República Checa, Eslováquia, Hungria e Polônia) se colocou contra as cotas obrigatórias e fecharam suas fronteiras. 160 mil pessoas que tentaram atravessar a fronteira húngara se chocaram com a repressão e foram retidas em campos de refugiados. A Bulgária também militarizou as fronteiras e construiu uma cerca de mais de 100 quilômetros de extensão.

Policiais e militares impedem as movimentações do fluxo migratório. Massivas prisões se sucedem nos postos fronteiriços. Cercados pela repressão, os imigrantes são deslocados até os precários campos de refugiados e forçados a viver em condições miseráveis. Nesse quadro, os confrontos entre forças de segurança e os imigrantes se espalham e tornam-se violentos.

Na Inglaterra, por outro lado, se imporão penas de prisão aos ilegais e contra quem os alojar. Na Dinamarca, o Parlamento aprovou a redução dos fundos sociais aos refugiados. Na Alemanha, parte dos refugiados será deportada, os asilados terão uma redução nos subsídios sociais e a maioria dos imigrantes do leste europeu (Sérvia, Macedônia, Kosovo, Albânia e Bósnia-Herzegovina) serão expulsos.

Certamente, a arquitetura repressiva e terrorista adotada pelos governos tem por objetivo reforçar o Estado policial. De forma que as barreiras, medidas de “asilo por quotas” e os campos de refugiados constituem parte integrante desse objetivo.

Enfrentar o chauvinismo nacional com o internacionalismo proletário

Os governos burgueses e frações monopolistas se utilizam da crise dos refugiados e imigrantes para impor seus interesses. Para criarem condições para se retomar o ciclo de crescimento de seus lucros, baseado na superexploração. O seu objetivo imediato é obrigar os governos a canalizar os recursos que se consomem improdutivamente com a manutenção da força de trabalho supérflua para os seus bolsos.

A esses interesses servem as burocracias sindicais. Não pode se desconhecer por um só minuto que a burocracia se opõe às tendências de luta dos explorados. O crescimento da imigração abala seus privilégios e de parte da pequena burguesia assalariada, que reagem alimentando as tendências chauvinistas impulsionadas pela burguesia, que opõe explorados contra explorados e trabalha por ganhar apoio da classe média e de setores da aristocracia operária a seus planos de ajustes e ataques contra as condições de vida dos explorados e oprimidos, sejam nacionais ou estrangeiros. De forma que é através dessas camadas dos explorados por onde penetram o chauvinismo nacional e a xenofobia. Eis por que também é

entre as camadas do proletariado e da pequena burguesia mais exploradas e mais sacrificadas pelo capital que se acham, sem dúvida, as reservas políticas e sociais de um poderoso e massivo movimento nacional e europeu capaz de erguer a bandeira da defesa irrestrita da força de trabalho e de suas condições de vida por cima de sua origem étnica, racial ou nacional.

Para as camadas mais miseráveis da pequena burguesia e do proletariado, embora o movimento imigratório surja como um perigo para seus empregos e salários, é o cimento para se poder constituir uma força social capaz de combater os capitalistas e impor-lhes derrotas.

É necessário que a vanguarda explique diariamente as reais causas do desemprego e revele a brutal lei capitalista da concorrência no mercado de trabalho. Só um movimento firmado e organizado ao redor de um programa que de fato defenda as reivindicações vitais dos explorados e que combata os capitalistas com métodos próprios de luta pode criar condições para unificar o proletariado em uma frente única de combate contra os ataques dos monopólios.

O proletariado europeu tem o dever de defender o livre acesso, permanência e proteção integral do imigrante. Deve lutar pela divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores, nacionais estrangeiros, sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho). Deve lutar junto aos oprimidos por derrubar as leis de exceção contra a imigração, tomando as ruas e ocupando as fábricas. Deve também lutar por organizar, unificar e coordenar órgãos de autodefesa (milícias operárias e populares) contra os ataques da direita aos imigrantes e as suas próprias organizações de massas.

Como assinaláramos em Massas 501 (*Tendências da crise capitalista*), “A unidade da classe operária continental é indispensável

para enfrentar as medidas que destroem velhas conquistas e combater o curso da barbárie. Os explorados estão diante de uma longa e violenta batalha pela preservação da força de trabalho”. Essa constatação exige métodos internacionalistas do proletariado em combate contra a burguesia europeia unificada sob um mesmo plano de ataque contra os explorados. Só assim se poderá barrar o genocídio social que constitui a morte de milhares e milhares de imigrantes e a destruição maciça de forças produtivas e técnicas da produção social.

A estratégia proletária dos Estados Unidos Socialistas da Europa

Há 77 anos, na véspera da guerra imperialista, Trotsky escrevia que em meio às vastas extensões de terra, do grandioso desenvolvimento das forças técnicas da humanidade e dos gigantescos avanços tecnológicos, a burguesia tinha feito do mundo uma “suja prisão”. Respeitando as proporções históricas, não é exagero afirmar que a Europa tornou-se um campo de concentração.

É necessário assinalar que na base da terrível opressão e do sofrimento coletivo dos imigrantes está o choque das forças produtivas altamente desenvolvidas (caráter social da produção) com a propriedade privada dos meios de produção e com as fronteiras nacionais. Trata-se, portanto, de expropriar a burguesia e destruir seu Estado para finalmente harmonizar o caráter social da produção com a propriedade social dos meios de produção e apropriação socialista do produto do trabalho. Esse é o caminho para transformar a Europa de uma “suja prisão” em uma terra onde florescerá a fraternidade dos povos e sua livre associação em uma união socialista. O programa que expressa esse conteúdo é o dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Avança a concentração de riquezas e da miséria nos polos antagônicos da sociedade

O crescimento da riqueza e do gigantesco volume de valores criados no último período não tem servido para acabar com miséria e a fome mundiais, como pretendiam alguns intelectuais de esquerda da burguesia. Pelo contrário, a podridão capitalista que se acumulou no seio da economia mundial veio agora à tona com o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e suas graves consequências para os explorados.

O proletariado, o campesinato, a pequena burguesia urbana e a juventude oprimida sofrem com a superexploração, as demissões, o desemprego, a queda dos salários e o saque das riquezas nacionais pelos monopólios.

Mais uma vez se coloca em toda sua dimensão social e histórica **uma das leis fundamentais do capitalismo** assinalada por Marx: ao lado da gigantesca acumulação de riquezas e avanços técnicos nas mãos da minoria exploradora, se desenvolve e acumula a miséria social entre os explorados. Essa lei abrange todo o percurso histórico do capitalismo, embora se evidencie com maior clareza nas crises, que se aprofundam e ampliam, empurrando enormes camadas da população à ruína, ao desespero e à fome.

A concentração das riquezas expressa em números

As riquezas da oligarquia financeira, bancária, industrial e

comercial do mundo se incrementaram 124% nos últimos quatro anos. Entre 2013 e 2014, 1.645 pessoas acumularam um bilhão de dólares a mais, o equivalente a 668 milhões de dólares por dia. Contando depósitos nos “paraísos fiscais”, remessas de dividendos e os ativos não declarados, esse montante cresce em 156 bilhões.

Segundo a *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford de Combate à Fome, ou Oxfam), no seu informe anual, de 2014, assinala que nos últimos 20 anos: 1) 1% da população mundial (70 milhões) teve riqueza acrescida de 60%, chegando a deter 46% da riqueza mundial; 2) outros 20% concentrava 48% (em 2009 detinham 44%); 3) 80% da população restante concentram 5,5%. Afirma também que 85 pessoas (0,000000012% da população) têm mais dinheiro que a metade mais pobre do planeta (3,5 bilhões de pessoas), e que entre 2009 e 2014 duplicaram sua riqueza. Enquanto um bilhão de pessoas sequer ganha o suficiente para comer e sobrevivem com menos de R\$ 3 por dia.

Segundo a *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico* (OCDE), a desigualdade social atingiu seu ponto mais alto nos últimos 30 anos e em 2014 os 10% da população obtiveram ganhos de 9,5 vezes mais altos que os 10% mais pobres (essa diferença em 1980 era de 7 para 1). A desigualdade,

afirma o informe, cresceu absolutamente em 16 dos 21 países da OCDE. Dentre eles, Finlândia, Israel, França, Áustria, Nova Zelândia, Suíça e EUA viram essa desigualdade subir em mais de cinco pontos.

Na Europa, o *Observatório da Realidade Social* (ligado à Igreja Católica) indica que a tendência ao aumento das desigualdades ganhou força após a eclosão da crise em 2008, e que se precisariam 25 anos para os ganhos dos trabalhadores voltarem aos níveis salariais anteriores.

No centro do capitalismo mundial, os Estados Unidos, somente entre 2008 e 2013 os ganhos médios dos 10% mais ricos subiram 10,6%, enquanto os dos 10% mais pobres caíram 3,2%.

Na América Latina, dentre outros países se destaca o Chile, onde a diferença entre os 10% da população mais rica e os 10% mais pobres era, já em 2013, de 21 contra um. No Brasil, por outro lado, os 5% da população detinham 44% da renda total do país em 2012, enquanto que em 2006 detinham 40%.

Na África, 16 multimilionários convivem com 358 milhões de pessoas mergulhadas na extrema pobreza. Na África do Sul, um operário das minas de platina teria de trabalhar 93 anos para assegurar um ganho equivalente ao bônus anual de um diretor executivo das multinacionais que exploram as riquezas naturais do país. Desigualdades que também se refletem nas potências, como no caso da Inglaterra, onde os diretores das cem principais empresas ganharam 131 vezes mais que os assalariados.

Em resumo: as desigualdades sociais se agudizaram após a eclosão da crise em 2008. Assim, enquanto os ganhos dos explorados se contraíram 11%, os dos setores mais abastados cresceram 7%. Certamente, os setores mais concentrados do capital foram os principais beneficiados: 11% só em 2013. E os monopólios farmacológicos e da saúde viram seu patrimônio aumentar em 47% no mesmo ano.

Há algumas semanas, o fundo de investimentos *Berkshire Hathaway* (EUA) comprou por 32 bilhões de dólares a *Precision Castparts Corp* (PCC), fabricante de peças para a indústria aeronáutica e de energia, um setor chave no crescimento das exportações do país no último período. A PCC faturou 10 bilhões de dólares e apresentou lucros de 1,53 bilhão de dólares em 2014. Assim, Buffet terá o comando sobre um gigantesco conglomerado de indústrias (*Van Tuyl Group*, *Burlington Northern Santa Fe*, *Lubrizol* e *Kraft Heinz*, etc.) e de fundos de investimentos que abrangem o mercado financeiro, seguros, indústria aeroespacial, energia, automotriz, ferroviárias e até indústrias de alimentos nos EUA e no mundo.

A concentração da miséria social em dados

No pólo oposto, recrudescer a superexploração, a precarização do trabalho, a queda relativa e absoluta dos ganhos salariais, assim como as chagas do desemprego, da miséria e da fome.

Segundo a *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), apenas 25% dos trabalhadores do mundo têm emprego estável. Ou seja: 75% dos assalariados têm contratos temporários, precarizados (terceirizados) ou empregos sem contrato e até sem remuneração alguma. Os maiores índices se registram na Bolívia, Peru, China, Níger e Índia. Além disso, a OIT assina-

la que mais da metade dos empregos criados entre 1995-2013 foram de meia-jornada, terceirizados e temporários. Ou, então, se tratavam de empregos informais. A OIT destaca finalmente que 40% dos assalariados estão terceirizados, que seu salário é inferior ao salário mínimo da média nacional e que não têm direitos trabalhistas, nenhum.

Na União Europeia (UE), enquanto que em 2008 as camadas sociais consideradas em “*perigo de pobreza ou exclusão social*” eram de 17%, já em 2012 eram de 24,8% (124 milhões). Na Espanha, o desemprego atingiu 27% e três milhões de pessoas sobrevivem com 307 euros por mês. Em Portugal, 18% da população são pobres “endêmicos”. Na Itália, a pobreza passou de 2,4 milhões em 2007 para 4,8 milhões em 2012 (aumentou em 100%). Na Inglaterra, se observa a mesma tendência, embora ajustada a ritmos e formas particulares. Aí, os chamados “bancos de alimentos” se multiplicaram por 20 vezes: entre 2011-2012, 128.697 pessoas; entre 2012-2013, 346.992 (três vezes mais). Na França, segundo o *Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos* (Insee), em 2011, a pobreza afetava 14,3% da população (o nível mais alto desde 1997), dois milhões de pessoas sobrevivem com 645 euros mensais, 3,6 milhões têm problemas de moradia e 3,5 milhões recebem ajuda alimentar. Na Holanda, a pobreza em 2013 atingiu 9,5% da população (em 2010 atingia 7,4%). Na Alemanha, oito milhões de pessoas vivem com 450 euros mensais em empregos temporários e sem prestação social. Aí, como se passa também na Inglaterra, os “bancos de alimentos” triplicaram (de 310 a 906). O caso mais destacado é, sem dúvidas, o da Grécia: o desemprego chegou à casa de 30%, os ganhos populares caíram em 40%, a pobreza ultrapassou 50% e mais da metade da população não tem como pagar a luz, a água e o gás.

Finalmente, é necessário observar que o desenvolvimento da desigualdade social não tem os mesmos ritmos nas potências imperialistas como nas semicolônias. Assim, por exemplo, na Europa Central, EUA e Inglaterra, oito de cada dez pessoas têm trabalho. Enquanto no sul da Ásia ou na África subsaariana, por outro lado, esse número desce para dois em cada dez.

O exemplo dos Estados Unidos

Nos EUA, em 2014, 1% da população passou a deter 24% das riquezas nacionais (em 1975, detinha 7%). Enquanto isso, 57% (classes médias urbanas e rurais, pequena-burguesia, assalariados, etc.) não podem pagar os créditos hipotecários ou empréstimos para estudos e a metade dos recém-graduados estão em dependência econômica de familiares.

O país tem os níveis de pobreza mais elevados dentre todas as potências: dos 46,2 milhões de pobres, 16,4 milhões são crianças. Tratam-se dos níveis mais elevados dos últimos 50 anos. Soma-se a isso que os ganhos dos assalariados são hoje 8% menores que em 2007 e que 34% dos trabalhadores que perderam seus empregos não conseguiram outro trabalho, 49 milhões não têm como suprir suas necessidades alimentares mais básicas e que as rendas das famílias operárias e populares caíram 36% em relação à década passada. Finalmente, destaca-se o fato de que os assalariados que trabalham a meia-jornada cresceram em 54%, os que trabalham em jornada completa diminuíram em um milhão e que na maioria dos novos em-

pregos os ganhos reais são 23% menores em relação aos anos anteriores à crise.

Socialismo ou Barbárie

A crise tem impulsionado a luta dos explorados e os levantes das massas oprimidas, marcando, portanto, uma nova etapa mundial da luta de classes. Eis por que alguns dos economistas ligados à defesa do capitalismo assinalaram que bastaria taxar em 1,5% as transações financeiras para acumular recursos na ordem de 74 bilhões de dólares. O que, em suas opiniões, seria suficiente para reduzir as desigualdades em 70%, para escolarizar todas as crianças do mundo ou garantir a saúde básica nos 49 países mais pobres do mundo.

Embora certas frações da burguesia estejam cientes da necessidade de amenizar as consequências sociais da brutal acumulação de riqueza e de pobreza, para garantir a sobrevivência do regime capitalista, e conheçam também os perigos do desenvolvimento das periódicas e cada vez mais graves crises de superprodução, de conjunto, a classe capitalista não age de acordo com abstratos princípios morais e éticos, nem tem como agir com a planificação econômica. Movimenta-se segundo a frieza dos cálculos e da procura dos lucros. Essa lógica foi expressa claramente por Warren Buffet, o quarto burguês mais rico do mundo (segundo a revista *Forbes*) e o maior acionista de *Berkshire Hathaway*, quem dissera: “*teve uma luta de classes nos últimos 20 anos e a minha classe ganhou*”.

O acima colocado demonstra que, enquanto existir a classe dos capitalistas, isto é, enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção, as massas continuarão a sofrer com a miséria e a fome. E terão de percorrer ainda um longo período histórico de contínua degradação física, intelectual e moral, de embrutecimento e escravidão. O marxismo já assinalou há mais de 150 anos (*Manifesto Comunista*) a base mate-

Os pontos abaixo serviram de discussão na Escola de Quadros, realizada no Ceará. O problema da restauração capitalista é de grande importância tanto para a defesa das conquistas históricas do proletariado mundial quanto para se compreender o enorme retrocesso que se sintetiza na crise de direção revolucionária. Nossa tarefa é a de construir o partido marxista-leninista-trotskista como parte da reconstrução da IV Internacional.

Governo e PC cubanos avançam a restauração capitalista em Cuba

1. A Revolução Cubana teve um impacto político muito importante na América Latina e no movimento revolucionário mundial, constituindo a quebra de um elo na cadeia de dominação do capital financeiro e do imperialismo, em particular dos Estados Unidos. Cuba vivia desde 1952 sob a ditadura de Fulgencio Batista, marcada pela repressão ao proletariado e demais explorados e profunda subserviência ao imperialismo. O golpe de Fulgencio deu lugar à organização de um movimento oposicionista pequeno burguês e à formação de organizações clandestinas, entre as quais se destacou o Movimento 26 de julho, sob a liderança de Fidel Castro. A organização nacionalista defendia um programa mínimo para a unificação das oposições ao governo Batista, destacando-se as consignas de frente cívico-revolucionária, renúncia do ditador, contra a intervenção externa em Cuba, convocação de eleições por um governo provisório, mudanças econômicas como a reforma

rial e o conteúdo histórico dessas contradições: a acumulação de capital e de riquezas em um pólo (capitalistas) e da miséria no outro (assalariados) tem por pano de fundo os choques entre a produção social e as forças produtivas mundiais com as fronteiras nacionais e a propriedade privada dos meios de produção. E que essa lei do desenvolvimento do capitalismo levará à mais profunda barbárie social enquanto a produção social não se fundir com a propriedade social dos meios de produção.

O fundamental da premissa marxista está em assinalar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista já criou as condições materiais de sua superação por uma mais elevada forma de produção. Isto é: a transição do capitalismo ao socialismo e deste para a sociedade comunista mundial. No entanto, assinalou também que sobre essas bases materiais se processa e realiza a luta de classes. E que a classe operária, a única classe revolucionária de nossa época, terá então por tarefa histórica conquistar sua independência política, formando seu partido próprio e se dedicando a realizar a revolução e ditadura proletárias, expropriando aos donos do capital e destruindo seu Estado para assim avançar no seu objetivo histórico de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

Do anterior se deduz a necessidade do proletariado dar saltos organizativos no caminho de sua independência política e erguer as reivindicações que de fato defendem suas condições de vida. Todo atraso nesta tarefa aprofundará a via da barbárie social. É dever da vanguarda do proletariado avançar na elaboração do programa proletário que responda às condições de crise estrutural do capitalismo e à superação da crise de direção revolucionária mundial. O que significa lutar pela reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

agrária, avanço da industrialização e geração de empregos;

2. O foquismo tentou apresentar a Revolução Cubana como obra de um grupo reduzido de revolucionários, bem armados e treinados militarmente, capazes de resistir à repressão do governo ditatorial, nas condições mais difíceis. Ao contrário de serem dirigidos pela política revolucionária do proletariado, os fuzis dos combatentes passavam a ter a estranha capacidade de ditar a política e forjar de última hora grupos revolucionários capazes de tomar o poder, mesmo isoladamente das massas, e dirigir o processo de transformação revolucionária dos países. Tratou-se, evidentemente, de uma deformação do processo da revolução cubana. Na verdade, a luta guerrilheira em Cuba se forjou como parte de uma crise revolucionária, deterioração da ditadura de Batista e avanço da luta de classes no campo e na cidade. A partir de 1958 são desencadeadas greves gerais do proletariado e demais trabalhadores assalaria-

dos e ocupações de terras pelo campesinato descontente. Esse conjunto de fatores abriu a possibilidade para a conquista do poder em janeiro de 1959. O estalinismo, que apoiou diversos governos burgueses, chamados indevidamente de “nacionalistas” e “progressistas”, inclusive o primeiro governo de Batista, tratou de encaixar a experiência revolucionária cubana nos limites da política do “socialismo em um só país” e da “revolução por etapas”, isto é, no estrito cumprimento das chamadas tarefas democráticas pendentes, sem se chocar com a grande propriedade privada dos meios de produção. Quando a revolução expropriou a burguesia e impôs a propriedade social, o estalinismo, já no controle do processo revolucionário com a fusão do grupo de Fidel Castro com o partido estalinista, levou a cabo o processo de burocratização;

3. A teoria da revolução permanente assinala que, na fase imperialista de domínio dos monopólios e do capital financeiro, portanto de decomposição do capitalismo, não há mais lugar para a clássica revolução democrático-burguesa, sob direção da burguesia e seus partidos, para cumprir em sua plenitude as tarefas democráticas de independência nacional, questão agrária, desenvolvimento harmônica das forças produtivas industriais, superação dos desequilíbrios regionais e do analfabetismo. A experiência das revoluções na época imperialista, em particular da Revolução Russa de 1917, ensinou definitivamente que essas tarefas passaram irresistivelmente para as mãos do proletariado, apoiado na maioria oprimida do país, sob a direção do partido revolucionário. Nos países capitalistas atrasados, semicoloniais, a ditadura do proletariado, cuja expressão é o governo operário e camponês, cumprirá plenamente as tarefas democráticas pendentes, transformando-as em socialistas (expropriação dos meios de produção, propriedade social, planificação da economia e controle operário da produção). Uma vez no poder, o proletariado, apoiado na nação oprimida, terá de tocar na grande propriedade privada, expropriá-la e transformá-la em propriedade coletiva, única forma de cumprir plenamente as tarefas democráticas e avançar nas socialistas. A revolução proletária, e não a “revolução por etapas”, é a estratégia do partido revolucionário para independizar o país do controle dos monopólios e do imperialismo, sem a qual as forças produtivas não podem ser liberadas. O caráter mundial da economia capitalista projeta a revolução em escala internacional (América Latina) e mundial, e, somente neste plano, pode se tornar verdadeiramente vitoriosa. A revolução permanente, e não “o socialismo em um só país”, corresponde de fato à dinâmica do processo revolucionário na fase imperialista de decadência do capitalismo;

4. Trotsky advertiu no Programa de Transição: “É possível a criação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior nos mostra, como já vimos, que isto é pelo menos pouco provável. Entretanto, é impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, colapso financeiro, ofensiva revolucionário das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, inclusive os stalinistas, possam ir mais longe do que queiram, no caminho da ruptura com a burguesia. Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia, em algum lugar, e um

‘governo operário e camponês’ no sentido acima indicado se estabelecesse de fato, ele representaria somente um curto episódio em direção à ditadura do proletariado”. De fato, impulsionado pelas contradições do capitalismo internacional e semicolonial, o governo cubano teve de impor cada vez mais restrições aos monopólios e à grande propriedade privada. Logo em maio de 1959, o governo aprovou a lei de reforma agrária, seguindo-se a nacionalização de empresas estrangeiras e propriedades rurais. Em seguida estatizou as empresas nacionais. A retaliação do governo dos EUA (Eisenhower, depois Kennedy) foi imediata, com restrições de venda de combustível, redução das importações de açúcar cubano, até o rompimento definitivo das relações políticas em 3 de janeiro de 1961 e bombardeamento de quartéis e aeroportos cubanos em abril. Em 1962, os EUA invadiram a Baía dos Porcos, para derrubar o governo revolucionário, mas é derrotado. Seguem-se a expulsão de Cuba da OEA e a imposição do bloqueio econômico. Essas contradições políticas internas e internacionais forçaram o governo cubano a se aproximar da ex-União Soviética (URSS), assinando acordo de exportação de açúcar a preço fixo e importação de petróleo. Em 16 de abril de 1961, o governo de Fidel declarou o caráter socialista da revolução cubana. O processo revolucionário permanente levou à constituição do Estado operário cubano, sob a direção do Partido Comunista (PCC), criado em 1965, a partir da fusão do Movimento 26 de Julho, do Diretório Revolucionário e do Partido Socialista Popular (estalinista);

5. Nos anos 1960 e início dos 70, Cuba ensaiou um apoio a organizações de outros países. Em janeiro de 1967, organizou-se a Conferência Tricontinental em Havana. Como desdobramento, realizou-se o único congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967. Vários países da América Latina viveram sob ditaduras militares e diversas organizações se lançavam à luta foquista. O próprio Che Guevara organizou um foco de luta armada em Nancahuazú, Bolívia, sendo destruído pelas forças armadas bolivianas, com auxílio do sistema de inteligência dos EUA (CIA). Entretanto, a consolidação da burocracia estalinista do Partido Comunista Cubano e a dependência à ex-URSS determinaram cada vez mais os rumos do processo revolucionário. A política do “socialismo em um só país” ditava a tendência fundamental do governo cubano. A tomada do poder em 1959 e a criação do Estado operário, por impulso das contradições econômicas, sociais e políticas, fizeram brotar nos primeiros anos da revolução organizações como a Federação de Mulheres Cubanas, a União de Jovens Comunistas, os Comitês de Defesa da Revolução (CDR) e as Escolas de Instrução Revolucionária. Entretanto, a constituição do governo operário e camponês em Cuba se dá no contexto do avançado processo de burocratização e degeneração do Partido Comunista e do Estado operário soviéticos. O estalinismo antes já havia abandonado a via revolucionária e adotado a “via pacífica” para o socialismo, resultado de décadas de colaboração de classes com as burguesias nacionais “progressistas”, de apoios a governos burgueses e da política de “coexistência pacífica com o imperialismo”, abortando diversos processos revolucionários em vários países antes e depois da Segunda Guerra mundial;

6. No plano econômico, o governo de Cuba criou na década

de 1960 a Junta Central de Planejamento (Juceplan) e o Banco para o comércio exterior de Cuba, concentrando, por meio da implementação dos Planos Quadrienais (depois, Quinquenais), os esforços na industrialização (açúcar, mineração, construção, alimentos, gráficas), diversificação da produção agrícola, substituição das importações de produtos manufaturados e aumento das exportações. Entre 1959 e 1965, Che Guevara esteve a frente da economia cubana, como chefe do Departamento de Indústrias do Instituto Nacional de Reforma Agrária e ministro da Indústria. As conquistas da Revolução Cubana possibilitam, em meio às contradições econômicas, avançar nas condições sociais da população em áreas como habitação, educação e emprego. Na educação, eliminou-se o setor privado e garantiu-se a gratuidade do ensino em todos os níveis, a escolaridade infantil atingiu 100% nas idades de 6 a 12 anos, a mortalidade infantil foi diminuída e cresceu a expectativa de vida. A questão agrária recebeu resposta por meio da nacionalização das terras, estatização das propriedades superiores a 67 hectares, criação de cooperativas e sua transformação posterior em granjas do Estado. Aumentou o comércio com a URSS: em 1964, por exemplo, Cuba assinou acordo com o governo soviético para colocar 5 milhões de toneladas de açúcar a preço fixo. Em 1968, são nacionalizados os setores comerciais urbanos. No mesmo ano, dos setores econômicos mais importantes, estavam nacionalizados a agricultura (70%), indústria, construção, transporte, comércio, sistema bancário e educação (todos 100%). A partir de 1972, Cuba se incorporou formalmente ao Conselho Econômico de Ajuda Mútua (Came), que reunia o bloco de países liderados pela ex-União Soviética. Em termos gerais, a economia cubana cresceu 4% entre 1962 e 1970; nesse período, a indústria passa a representar 41% do produto total (contra 25%, antes da revolução), a agricultura, 10,1%, contra 30% antes de 1959. Na agricultura, apesar de sua redução em relação à produção global, a produção agrícola aumentou de 40%, entre 1962 e 1974. Os setores de energia, transporte e comunicações cresceu de 8,4%, entre 1962 e 1974. Entre 1975 e 1985, o produto interno cresceu à média anual de 6,7%, as exportações, 7,3, no mesmo período. O açúcar continuou a representar o principal produto na pauta de exportações, comparecendo com 75% do total exportado (ao lado do níquel, peixe, frutas e fumo). Entretanto, as importações de equipamentos e insumos também cresceram à média anual de 9,9%, aprofundando o déficit comercial. No final dos anos 1980, cerca de 80% de todo o comércio de Cuba era realizado com os países do bloco soviético. A dívida pública se ampliou no mesmo período com os empréstimos contraídos em bancos internacionais;

7. O bloqueio econômico imposto à Cuba pelos EUA continuou plenamente vigente nos governos de Reagan, Clinton e Bush), com a aprovação da emenda Torricelli em outubro de 1992, e da lei Helms-Burton, de 1996. Em meio ao bloqueio econômico, aprofundou-se a crise na ex-União Soviética, aumentando as contradições internas em Cuba. Aquele vigor revolucionário, despertado pelas conquistas da Revolução Cubana, perdeu força diante do avanço da burocracia internamente ao PC, ao Estado operário e às organizações políticas dos diversos setores. A política do “socialismo em um só país” ditou a ruptura de Cuba com qualquer traço de in-

ternacionalismo proletário e a solidariedade ativa com a luta revolucionária de outros países. O período iniciado com a crise e débâcle da ex-URSS foi o mais duro para a economia cubana, marcado pela queda do produto interno bruto entre 1989 e 1993 (-35%), aumento do déficit estatal (33% do PIB, em 1993), diminuição das transações comerciais no exterior (-75%) e fim da ajuda econômica do bloco soviético, que correspondiam a 85% das importações, 80% dos investimentos e 80% das exportações cubanas. Também aumentou a emigração ilegal para os EUA. A deterioração econômica e as profundas contradições criadas com o fim do bloco soviético levaram o governo de Fidel Castro a promover uma série de medidas a partir de 1992, como a autorização de formas de propriedades com a participação de setores não-estatais, e, a partir da lei de investimentos estrangeiros de 1995, o estímulo à exploração de ramos da economia ao capital internacional. Setores como o turismo e a indústria extrativa passaram a ser exploradas pelo capital. Outras medidas foram autorizadas, como a abertura de pequenos empreendimentos privados por cubanos, liberação da utilização do dólar em operações comerciais, estímulos aos agricultores para aumentar a produção e comercialização de produtos nos mercados públicos. Também se ampliaram os investimentos de capitais no setor energético;

8. Apesar da retomada do crescimento do PIB no período de crescimento da economia mundial (2003-2007), a tendência de restauração do capitalismo em Cuba tem sido ampliada com o avanço da crise mundial (2008-2015), que impacta profundamente sobre a economia nacional cubana, e a aplicação de medidas de abertura da economia do país à exploração do grande capital. No VI Congresso do Partido Comunista Cubano, realizado em abril de 2011, foram tomadas medidas, que, ao contrário do que diz o governo Raúl Castro, não servem para “preservar as conquistas da revolução”, aprofundam a restauração capitalista no país. Promovem a abertura cada vez maior da economia para a exploração privada (empresas de capital misto e cooperativas), fechamento de empresas estatais deficitárias, corte de milhares de empregos e aumento das disparidades econômicas e sociais entre os cubanos. De concreto, tem-se o anúncio de demissão de 500 mil trabalhadores do serviço público, 250 mil novas licenças para autônomos, inclusive com a possibilidade de contratar outros trabalhadores. Mais recentemente, os governos dos EUA (Barack Obama) e de Cuba (Raúl Castro) iniciaram um processo de reaproximação, o governo cubano libertou o americano Alan Gross, preso há cinco anos no país, os EUA anunciará a libertação de três cubanos, presos sob acusação de espionagem e declararam a intenção de abrir uma embaixada norte-americana em Havana. Os EUA também anunciaram a retirada de Cuba da lista dos Estados que financiam e apoiam o terrorismo. Não há dúvidas: as medidas implementadas pelo governo de Raúl Castro e PC cubano levam, portanto, irresistivelmente, ao avanço da restauração capitalista em Cuba. O produto desse processo de restauração será a destruição das conquistas da Revolução Cubana, particularmente a expropriação da burguesia e da grande propriedade de terra, a planificação da economia, o monopólio do comércio exterior e os avanços sociais para a população.

Publicamos mais um dos artigos de León Trotsky, relativamente desconhecido. Há inúmeros escritos, que parecem menores diante das monumentais formulações do revolucionário russo. Mas sempre há o que aprender de sua larga experiência.

Essa carta a Souvarine mostra o combate de Trotsky contra todos aqueles que capitularam diante do estalinismo e que procuraram ocultar a capitulação negando a importância decisiva do partido e da Internacional.

Homem ao mar⁽¹⁾

Camarada Souvarine

Sua extensa carta, ou melhor, seu folheto ⁽²⁾, me permite esclarecer algumas questões. Daquilo que nos unia há alguns anos, me parece que não ficou nem rastro. Minha resposta não objetiva recorrer ao passado, diz respeito à necessidade política de confirmar que nossos futuros se opõem irreconciliavelmente.

Em sua carta, não encontro uma só ideia correta, que se baseia na doutrina marxista e nas grandes lições da história. Não posso deixar de pensar que o que motiva e induz os seus paradoxos é a pena de um jornalista descontente. Por outro lado, o que coloca não é novo. Poderia citar muitos casos em que a deserção do campo revolucionário se disfarça com formulações análogas ainda que, talvez, sem tanta perícia jornalística e tanta cultura livresca.

Não tenho a possibilidade, nem o desejo, de desfazer os complicados fios de seus paradoxos e sofismas. Tomarei um só exemplo, o que, não obstante, bastará, porque se refere ao problema mais importante.

Você trata o partido e a Internacional, inclusive a Oposição, como um cadáver. Pensa que o grande erro da Oposição russa está em que insiste em influir no partido e reintegrar-se nele. Por outro lado, caracteriza a economia soviética como capitalismo de estado, considerando um grande avanço, e exige que a Oposição se coloque a serviço desse capitalismo de estado em vez de se preocupar com o partido.

Assim nos dá um exemplo desse tipo de análise que se baseia nas palavras, não nas ideias, e o converte em uma fraseologia sem conteúdo.

O capitalismo de estado – utilizo seus próprios termos –, isto é, a indústria e o transporte nacionalizados, somente mantêm seu caráter “estatal” através do partido. O aparato do estado e dos próprios trustes geram tendências centrífugas. Não exagero ao afirmar que noventa por cento dos elementos que constituem

3 de julho de 1929 – León Trotsky

o aparato econômico se sentiriam muito felizes se pudessem transformar os trustes em empresas mais ou menos independentes do estado, para transformá-los, na etapa seguinte em empresas privadas.

Por outro lado, os sindicatos, quando não estão aliados ao partido, têm a tendência de lançar uma luta sindical sem a menor consideração pelo estado e plano quinquenal. Jamais ocorreria a alguém que atue sobre a realidade e não sobre a base do jornalismo superficial servir à economia soviética ignorando o partido e à margem das medidas deste ou de uma fração. O capitalismo “de estado” vive e morre com o partido.

Além disso, a melhor prova dessa constatação é que a economia soviética sofre diariamente a influência da Oposição, refletida e distorcida pelo aparato estalinista.

Sua concepção de que é possível servir à causa do proletariado de fora do partido não tem nem maturidade necessária, nem como borrá-la de sindicalista. Nesta etapa só significa desertar da organização



marxista. Na Rússia, durante a contrarrevolução e no momento crucial da guerra imperialista, escutamos frequentemente esta ideia, o broche de ouro de sua carta: “devemos permanecer em silêncio e aguardar”. Isto sempre é um sinal de que está a caminho de passar para outro lado.

Estou convencido que amanhã não permanecerá calado: passará ao outro lado da barricada. Teoricamente, já está ali.

Tomamos nota que um homem caiu no mar e passamos ao seguinte ponto do temário.

.....

(1) Homem ao mar (Hombre al agua). *A luta de classes*, janeiro-fevereiro de 1933.

(2) A carta de Souvarine tinha cento e vinte e cinco páginas datilografadas e abarca sessenta e nove páginas impressas na *Contribution a l’histoire du Comintern*, onde leva o título de *Uma disputa com Trotsky*.